



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXX Nº 30 QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)
- 2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 3º - Deputada Luiza Erundina (PSB-SP)
- 4º - Deputado Ricardo Izar (PSD-SP)

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 31ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA	19
1.2 – EXPEDIENTE	19
1.2.1 – Projeto de Resolução	
Projeto de Resolução nº 10/2015-CN, de autoria do Senador Paulo Bauer e outros Congressistas, que <i>altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para apresentação de emendas às medidas provisórias.</i>	19
1.2.2 – Oradores	
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Defesa da derrubada do veto apostado a dispositivo que trata da desaposentação.	36
DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Manifestação a favor do impeachment da Presidente da República.....	37
DEPUTADO ROCHA – Preocupação com a disseminação da corrupção em diferentes esferas do poder público.	38
DEPUTADA JANDIRA FEGHALI – Defesa da derrubada do veto apostado à lei que dispõe sobre o direito de resposta; e outros assuntos	39
1.2.3 – Leitura dos Requerimentos nºs 106 a 108/2015, de destaque ao Veto nº 49/2015	41
1.3 – ORDEM DO DIA	44
1.3.1 – Apreciação, em globo, dos Vetos nºs 48 a 52/2015 (Itens 1 a 5), ressalvados os destaque ao Veto Parcial nº 49/2015	
1.3.1.1 – Item 1	
Veto Parcial nº 48/2015, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16/2015, que <i>autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e a Furnas Centrais Elétricas a participar, respectivamente, do Fundo de Energia do Nordeste e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica; altera as Leis nºs 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.491, de 9 de setembro de 1997, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências</i> (proveniente da Medida Provisória nº 677/2015)	44
1.3.1.2 – Item 2	
Veto Parcial nº 49/2015, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 15/2015, que <i>altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerce atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências</i> (proveniente da Medida Provisória nº 676/2015)	44
1.3.1.3 – Item 3	
Veto Parcial nº 50/2015, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 141/2011 (ECD nº 9/2015 e nº 6.446/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	46
1.3.1.4 – Item 4	
Veto Total nº 51/2015, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 67/2011 (nº 5.732/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braile.</i>	46
1.3.1.5 – Item 5	
Veto Total nº 52/2015, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 304/2008 (nº 6.299/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>altera o caput do art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária.</i>	46

1.3.2 – Apreciação dos destaques ao Veto Parcial nº 49/2015	54
1.3.3 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Manutenção dos Vetos nºs 48 a 52/2015, ressalvados os destaques.....	59
1.3.4 – Convocação de sessão	
Convocação de sessões do Congresso Nacional para amanhã, às 12 horas; e para quinta-feira, às 10 horas.....	61
1.3.5 – Continuação da apreciação dos destaques ao Veto Parcial nº 49/2015. Rejeitados (Mantido o Veto Parcial nº 49/2015)	61
1.3.6 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Deputado Danilo Forte e respondida pela Presidência.....	73
1.3.7 – Item 30 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei nº 6/2015-CN, que <i>institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019. Apreciação suspensa</i>	73
1.4 – ENCERRAMENTO.....	74
2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – RESULTADO DA VOTAÇÃO DE VETOS	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
3 – COMISSÕES MISTAS.....	75
4 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	89

Ata da 31ª Sessão Conjunta, em 15 de Dezembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Renan Calheiros e Beto Mansur.

(Inicia-se a sessão às 20 horas e 31 minutos e encerra-se às 22 horas e 30 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

	Congresso Nacional Secretaria Geral da Mesa Relação de Presença na Sessão (Senadores)	Data: 18/12/2015 Hora: 10:01 Número: 58
55ª LEGISLATURA	<u>Presidente da Casa:</u> Renan Calheiros - PMDB/AL	
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA	<u>Presidiram a Sessão:</u> Beto Mansur - 20:33	
ORDINÁRIA	Renan Calheiros - 21:08	
SESSÃO CONJUNTA N° 031 - 15/12/2015		

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 15/12/2015 20:32
Fim : 15/12/2015 22:29

Total de Presentes: 65

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Angela Portela	PT	
Romero Jucá	PMDB	
Telmário Mota	PDT	
Presentes de Roraima : 3		
AMAPÁ		
Davi Alcolumbre	DEM	
João Capiberibe	PSB	
Randolfe Rodrigues	REDE	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Paulo Rocha	PT	
Presentes de Pará : 2		
AMAZONAS		
Sandra Braga	PMDB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes de Amazonas : 2		
RONDÔNIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Ivo Cassol	PP	
Valdir Raupp	PMDB	
Presentes de Rondônia : 3		
ACRE		
Gladson Cameli	PP	
Jorge Viana	PT	
Sérgio Petecão	PSD	
Presentes de Acre : 3		
TOCANTINS		
Donizetti Nogueira	PT	
Vicentinho Alves	PR	
Presentes de Tocantins : 2		
MARANHÃO		
João Alberto Souza	PMDB	
Roberto Rocha	PSB	
Presentes de Maranhão : 2		



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 18/12/2015
 Hora: 10:01
 Número: 58

Partido	Bloco
---------	-------

CEARÁ

Eunício Oliveira	PMDB
José Pimentel	PT
Tasso Jereissati	PSDB

Presentes de Ceará : 3

PIAUÍ

Elmano Férrer	PTB
Regina Sousa	PT

Presentes de Piauí : 2

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra	PT
Garibaldi Alves Filho	PMDB

Presentes de Rio Grande do Norte : 2

PARAÍBA

Cássio Cunha Lima	PSDB
José Maranhão	PMDB
Raimundo Lira	PMDB

Presentes de Paraíba : 3

PERNAMBUCO

Douglas Cintra	PTB
Fernando Bezerra Coelho	PSB
Humberto Costa	PT

Presentes de Pernambuco : 3

ALAGOAS

Benedito de Lira	PP
Fernando Collor	PTB
Renan Calheiros	PMDB

Presentes de Alagoas : 3

SERGIPE

Eduardo Amorim	PSC
Ricardo Franco	DEM

Presentes de Sergipe : 2

BAHIA

Lídice da Mata	PSB
Otto Alencar	PSD
Walter Pinheiro	PT

Presentes de Bahia : 3

MINAS GERAIS

Antonio Anastasia	PSDB
-------------------	------

Presentes de Minas Gerais : 1

ESPÍRITO SANTO

Ricardo Ferraço	PMDB
Rose de Freitas	PMDB

Presentes de Espírito Santo : 2

RIO DE JANEIRO

Romário	PSB
---------	-----

Presentes de Rio de Janeiro : 1

SÃO PAULO

Aloysio Nunes Ferreira	PSDB
Marta Suplicy	PMDB

Presentes de São Paulo : 2



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 18/12/2015
 Hora: 10:01
 Número: 58

	Partido	Bloco
MATO GROSSO		
Blairo Maggi	PR	
José Medeiros	PPS	
Wellington Fagundes	PR	
Presentes de Mato Grosso : 3		
DISTRITO FEDERAL		
Cristovam Buarque	PDT	
Hélio José	PMB	
Reguffe	PDT	
Presentes de Distrito Federal : 3		
GOIÁS		
Lúcia Vânia	PSB	
Ronaldo Caiado	DEM	
Wilder Morais	PP	
Presentes de Goiás : 3		
MATO GROSSO DO SUL		
Simone Tebet	PMDB	
Waldemir Moka	PMDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 2		
PARANÁ		
Gleisi Hoffmann	PT	
Presentes de Paraná : 1		
SANTA CATARINA		
Dalírio Beber	PSDB	
Dário Berger	PMDB	
Paulo Bauer	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 3		
RIO GRANDE DO SUL		
Ana Amélia	PP	
Lasier Martins	PDT	
Paulo Paim	PT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 3		

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Deputados:



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença**

Data: 18/12/2015
Hora: 09:59

55ª LEGISLATURA

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

CONJUNTA N° 031 - 15/12/2015

Inicio : 15/12/2015 20:32

Fim : 15/12/2015 22:29

Total de Presentes : 428

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Abel Mesquita Jr.	PMB	
003 - Carlos Andrade	PHS	PpPtbPscPhs
002 - Edio Lopes	PMDB	PmdbPen
004 - Hiran Gonçalves	PMB	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
006 - Maria Helena	PSB	
007 - Remídio Monai	PR	PrPsdPros
008 - Shéridan	PSDB	
Presentes Roraima: 8		
AMAPÁ		
009 - André Abdon	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
014 - Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPen
011 - Jozi Araújo	PTB	PpPtbPscPhs
012 - Marcos Reategui	PSC	PpPtbPscPhs
015 - Professora Marcivania	PT	
017 - Roberto Góes	PDT	
Presentes Amapá: 6		
PARÁ		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
019 - Beto Faro	PT	
020 - Beto Salame	PROS	PrPsdPros
022 - Delegado Éder Mauro	PSD	PrPsdPros
027 - Edmilson Rodrigues	PSOL	
021 - Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPen
028 - Francisco Chapadinha	PSD	PrPsdPros
032 - Hélio Leite	DEM	
033 - Joaquim Passarinho	PSD	PrPsdPros
026 - José Priante	PMDB	PmdbPen
034 - Júlia Marinho	PSC	PpPtbPscPhs
029 - Lúcio Vale	PR	PrPsdPros
031 - Nilson Pinto	PSDB	
035 - Simone Morgado	PMDB	PmdbPen
025 - Zé Geraldo	PT	
Presentes Pará: 15		
AMAZONAS		
036 - Alfredo Nascimento	PR	PrPsdPros
041 - Conceição Sampaio	PP	PpPtbPscPhs



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
042 - Hissa Abrahão	PPS	
043 - Marcos Rotta	PMDB	PmdbPen
040 - Pauderney Avelino	DEM	
Presentes Amazonas: 5		
RONDÔNIA		
044 - Expedito Netto	Solidaried	
045 - Lindomar Garçon	PMDB	PmdbPen
046 - Lucio Mosquini	PMDB	PmdbPen
049 - Marcos Rogério	PDT	
051 - Mariana Carvalho	PSDB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPen
047 - Nilton Capixaba	PTB	PpPtbPscPhs
Presentes Rondonia: 7		
ACRE		
053 - Alan Rick	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
052 - Angelim	PT	
054 - Flaviano Melo	PMDB	PmdbPen
057 - Leo de Brito	PT	
059 - Rocha	PSDB	
058 - Sibá Machado	PT	
Presentes Acre: 6		
TOCANTINS		
060 - Carlos Henrique Gaguim	PMB	
064 - César Halum	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
061 - Dulce Miranda	PMDB	PmdbPen
062 - Josi Nunes	PMDB	PmdbPen
063 - Lázaro Botelho	PP	PpPtbPscPhs
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
066 - Vicentinho Júnior	PSB	
Presentes Tocantins: 7		
MARANHÃO		
548 - Alberto Filho	PMDB	PmdbPen
068 - Aluisio Mendes	PMB	
072 - André Fufuca	PEN	PmdbPen
070 - Cleber Verde	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
073 - Eliziane Gama	REDE	
074 - Hildo Rocha	PMDB	PmdbPen
075 - João Castelo	PSDB	
076 - João Marcelo Souza	PMDB	PmdbPen
077 - José Reinaldo	PSB	
079 - Juscelino Filho	PMB	
080 - Pedro Fernandes	PTB	PpPtbPscPhs
081 - Rubens Pereira Júnior	PCdoB	
082 - Victor Mendes	PMB	
086 - Zé Carlos	PT	
Presentes Maranhão: 14		
CEARÁ		



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
CEARÁ		
555 - Ariosto Holanda	PROS	PrPsdPros
090 - Arnon Bezerra	PTB	PpPtbPscPhs
094 - Cabo Sabino	PR	PrPsdPros
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PSB	
097 - Domingos Neto	PMB	
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPsdPros
101 - José Airton Cirilo	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - Leônidas Cristino	PROS	PrPsdPros
098 - Luizianne Lins	PT	
105 - Moroni Torgan	DEM	
106 - Moses Rodrigues	PPS	
107 - Odorico Monteiro	PT	
560 - Paulo Henrique Lustosa	PP	PpPtbPscPhs
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
091 - Ronaldo Martins	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
553 - Vicente Arruda	PROS	PrPsdPros
108 - Vitor Valim	PMDB	PmdbPen
Presentes Ceará: 20		
PIAUÍ		
111 - Assis Carvalho	PT	
109 - Átila Lira	PSB	
556 - Flávio Nogueira	PDT	
115 - Heráclito Fortes	PSB	
114 - Júlio Cesar	PSD	PrPsdPros
549 - Mainha	Solidaried	
118 - Paes Landim	PTB	PpPtbPscPhs
117 - Rodrigo Martins	PSB	
545 - Silas Freire	PR	PrPsdPros
Presentes Piauí: 9		
RIO GRANDE DO NORTE		
122 - Beto Rosado	PP	PpPtbPscPhs
119 - Fábio Faria	PSD	PrPsdPros
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Rafael Motta	PSB	
124 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Walter Alves	PMDB	PmdbPen
126 - Zenaide Maia	PR	PrPsdPros
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
PARAÍBA		
129 - Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPtbPscPhs
131 - Benjamin Maranhão	Solidaried	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	PmdbPen
133 - Luiz Couto	PT	
130 - Manoel Junior	PMDB	PmdbPen



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
561 - Marcondes Gadelha	PSC	PpPtbPscPhs
134 - Rômulo Gouveia	PSD	PrPsdPros
137 - Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PmdbPen
136 - Wellington Roberto	PR	PrPsdPros
Presentes Paraíba: 10		
PERNAMBUCO		
142 - Anderson Ferreira	PR	PrPsdPros
146 - Bruno Araújo	PSDB	
530 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
144 - Daniel Coelho	PSDB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	PpPtbPscPhs
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
529 - Fernando Monteiro	PP	PpPtbPscPhs
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
147 - Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPen
149 - João Fernando Coutinho	PSB	
150 - Jorge Côrte Real	PTB	PpPtbPscPhs
151 - Kaio Maniçoba	PHS	PpPtbPscPhs
153 - Luciana Santos	PCdoB	
152 - Marinaldo Rosendo	PSB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
541 - Raul Jungmann	PPS	
157 - Ricardo Teobaldo	PMB	
160 - Silvio Costa	PTdoB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
161 - Tadeu Alencar	PSB	
164 - Wolney Queiroz	PDT	
163 - Zeca Cavalcanti	PTB	PpPtbPscPhs
Presentes Pernambuco: 21		
ALAGOAS		
162 - Arthur Lira	PP	PpPtbPscPhs
165 - Cícero Almeida	PSD	PrPsdPros
166 - Givaldo Carimbão	PROS	PrPsdPros
167 - JHC	PSB	
169 - Marx Beltrão	PMDB	PmdbPen
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	PrPsdPros
170 - Paulão	PT	
172 - Pedro Vilela	PSDB	
173 - Ronaldo Lessa	PDT	
Presentes Alagoas: 9		
SERGIPE		
175 - Adelson Barreto	PTB	PpPtbPscPhs
177 - Fábio Mitidieri	PSD	PrPsdPros
179 - João Daniel	PT	
181 - Jony Marcos	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
176 - Laercio Oliveira	Solidaried	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 6		
BAHIA		



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
BAHIA		
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
189 - Antonio Brito	PTB	PpPtbPscPhs
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
184 - Bacelar	PTN	PrbPtnPmnPtcPtdoB
185 - Bebeto	PSB	
190 - Benito Gama	PTB	PpPtbPscPhs
193 - Cacá Leão	PP	PpPtbPscPhs
196 - Caetano	PT	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
525 - Davidson Magalhães	PCdoB	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
523 - Fernando Torres	PSD	PrPsdPros
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPsdPros
200 - João Gualberto	PSDB	
204 - Jorge Solla	PT	
207 - José Carlos Aleluia	DEM	
197 - José Carlos Araújo	PSD	PrPsdPros
201 - José Nunes	PSD	PrPsdPros
203 - José Rocha	PR	PrPsdPros
206 - Jutahy Júnior	PSDB	
212 - Márcio Marinho	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
208 - Mário Negromonte Jr.	PP	PpPtbPscPhs
210 - Moema Gramacho	PT	
215 - Paulo Azi	DEM	
214 - Paulo Magalhães	PSD	PrPsdPros
211 - Roberto Britto	PP	PpPtbPscPhs
216 - Ronaldo Carletto	PP	PpPtbPscPhs
217 - Tia Eron	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
220 - Uldurico Júnior	PTC	PrbPtnPmnPtcPtdoB
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
Presentes Bahia: 34		
MINAS GERAIS		
221 - Adelmo Carneiro Leão	PT	
520 - Ademir Camilo	PROS	PrPsdPros
224 - Aelton Freitas	PR	PrPsdPros
232 - Bilac Pinto	PR	PrPsdPros
223 - Brunny	PMB	
225 - Caio Narcio	PSDB	
227 - Dâmina Pereira	PMB	
229 - Delegado Edson Moreira	PTN	PrbPtnPmnPtcPtdoB
233 - Domingos Sávio	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	PpPtbPscPhs
238 - Fábio Ramalho	PMB	
244 - Gabriel Guimarães	PT	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
240 - Jaime Martins	PSD	PrPsdPros
246 - Jô Moraes	PCdoB	
234 - Laudívio Carvalho	PMDB	PmdbPen
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPen
243 - Lincoln Portela	PR	PrPsdPros
251 - Luis Tibé	PTdoB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PpPtbPscPhs
235 - Marcelo Álvaro Antônio	PMB	
236 - Marcelo Aro	PHS	PpPtbPscPhs
254 - Marcus Pestana	PSDB	
237 - Margarida Salomão	PT	
247 - Newton Cardoso Jr	PMDB	PmdbPen
248 - Odelmo Leão	PP	PpPtbPscPhs
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
258 - Raquel Muniz	PSC	PpPtbPscPhs
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPen
526 - Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPen
273 - Subtenente Gonzaga	PDT	
266 - Tenente Lúcio	PSB	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PpPtbPscPhs
527 - Wadson Ribeiro	PCdoB	
270 - Weliton Prado	PMB	
271 - Zé Silva	Solidaried	
Presentes Minas Gerais: 40		
ESPIRITO SANTO		
275 - Carlos Manato	Solidaried	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	PrPsdPros
274 - Evair de Melo	PV	
276 - Givaldo Vieira	PT	
279 - Helder Salomão	PT	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPen
282 - Max Filho	PSDB	
280 - Paulo Foletto	PSB	
283 - Sergio Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 9		
RIO DE JANEIRO		
287 - Alessandro Molon	REDE	
285 - Alexandre Valle	PMB	
291 - Benedita da Silva	PT	
289 - Cabo Daciolo	S.Part.	
537 - Celso Jacob	PMDB	PmdbPen
295 - Chico Alencar	PSOL	
293 - Chico D Angelo	PT	
294 - Clarissa Garotinho	PR	PrPsdPros



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
296 - Cristiane Brasil	PTB	PpPtbPscPhs
299 - Dr. João	PR	PrPsdPros
301 - Felipe Bornier	PSD	PrPsdPros
310 - Fernando Jordão	PMDB	PmdbPen
297 - Francisco Floriano	PR	PrPsdPros
304 - Glauber Braga	PSOL	
306 - Hugo Leal	PROS	PrPsdPros
302 - Jair Bolsonaro	PP	PpPtbPscPhs
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
307 - Jean Wyllys	PSOL	
308 - Julio Lopes	PP	PpPtbPscPhs
558 - Laura Carneiro	PMDB	PmdbPen
312 - Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPen
318 - Luiz Carlos Ramos	PMB	
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Matos	PDT	
321 - Marcos Soares	PR	PrPsdPros
536 - Marquinho Mendes	PMDB	PmdbPen
317 - Miro Teixeira	REDE	
316 - Otavio Leite	PSDB	
323 - Paulo Feijó	PR	PrPsdPros
324 - Roberto Sales	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
322 - Rodrigo Maia	DEM	
325 - Rosangela Gomes	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
327 - Simão Sessim	PP	PpPtbPscPhs
328 - Soraya Santos	PMDB	PmdbPen
329 - Sóstenes Cavalcante	PSD	PrPsdPros
326 - Washington Reis	PMDB	PmdbPen
562 - Wilson Beserra	PMDB	PmdbPen
557 - Zé Augusto Nalin	PMDB	PmdbPen
Presentes Rio de Janeiro: 38		
SÃO PAULO		
331 - Alex Manente	PPS	
334 - Alexandre Leite	DEM	
332 - Ana Perugini	PT	
341 - Andres Sanchez	PT	
519 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	PpPtbPscPhs
342 - Baleia Rossi	PMDB	PmdbPen
340 - Beto Mansur	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
335 - Bruna Furlan	PSDB	
343 - Bruno Covas	PSDB	
346 - Capitão Augusto	PR	PrPsdPros
398 - Carlos Zarattini	PT	
347 - Celso Russomanno	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
351 - Dr. Sinval Malheiros	PMB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	PmdbPen
352 - Eduardo Bolsonaro	PSC	PpPtbPscPhs



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
353 - Eduardo Cury	PSDB	
345 - Eli Corrêa Filho	DEM	
355 - Fausto Pinato	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
357 - Flavinho	PSB	
361 - Goulart	PSD	PrPsdPros
362 - Herculano Passos	PSD	PrPsdPros
359 - Ivan Valente	PSOL	
349 - Jefferson Campos	PSD	PrPsdPros
364 - João Paulo Papa	PSDB	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
367 - José Mentor	PT	
356 - Keiko Ota	PSB	
521 - Lobbe Neto	PSDB	
365 - Luiz Lauro Filho	PSB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
368 - Major Olímpio	PMB	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
522 - Marcelo Aguiar	DEM	
369 - Marcelo Squassoni	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
370 - Marcio Alvino	PR	PrPsdPros
377 - Miguel Haddad	PSDB	
378 - Miguel Lombardi	PR	PrPsdPros
374 - Milton Monti	PR	PrPsdPros
375 - Missionário José Olímpio	PP	PpPtbPscPhs
381 - Nelson Marquezelli	PTB	PpPtbPscPhs
382 - Nilto Tatto	PT	
386 - Orlando Silva	PCdoB	
373 - Paulo Maluf	PP	PpPtbPscPhs
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Pr. Marco Feliciano	PSC	PpPtbPscPhs
330 - Renata Abreu	PTN	PrbPtnPmnPtcPtdoB
383 - Ricardo Izar	PSD	PrPsdPros
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
387 - Roberto Alves	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
389 - Samuel Moreira	PSDB	
390 - Sérgio Reis	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
391 - Silvio Torres	PSDB	
392 - Tiririca	PR	PrPsdPros
393 - Valmir Prascidelli	PT	
394 - Vanderlei Macris	PSDB	
395 - Vicente Cândido	PT	
396 - Vicentinho	PT	
397 - Vinícius Carvalho	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
399 - Vitor Lippi	PSDB	
Presentes São Paulo: 61		
MATO GROSSO		
401 - Adilton Sachetti	PSB	
400 - Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPen
403 - Fabio Garcia	PSB	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
MATO GROSSO		
405 - Nilson Leitão	PSDB	
406 - Professor Victório Galli	PSC	PpPtbPscPhs
404 - Valtenir Pereira	PMB	
Presentes Mato Grosso: 6		
DISTRITO FEDERAL		
410 - Alberto Fraga	DEM	
411 - Augusto Carvalho	Solidaried	
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
413 - Rogério Rosso	PSD	PrPsdPros
414 - Ronaldo Fonseca	PROS	PrPsdPros
415 - Roney Nemer	PMDB	PmdbPen
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
416 - Alexandre Baldy	PSDB	
417 - Célio Silveira	PSDB	
420 - Daniel Vilela	PMDB	PmdbPen
426 - Fábio Sousa	PSDB	
422 - Flávia Moraes	PDT	
429 - Giuseppe Vecci	PSDB	
423 - Heuler Cruvinal	PSD	PrPsdPros
430 - Lucas Vergilio	Solidaried	
432 - Marcos Abrão	PPS	
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPen
425 - Rubens Otoni	PT	
524 - Sandes Júnior	PP	PpPtbPscPhs
Presentes Goiás: 12		
MATO GROSSO DO SUL		
434 - Dagoberto	PDT	
538 - Elizeu Dionizio	PSDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	PmdbPen
436 - Mandetta	DEM	
437 - Tereza Cristina	PSB	
438 - Vander Loubet	PT	
440 - Zeca do Pt	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		
PARANÁ		
445 - Alex Canziani	PTB	PpPtbPscPhs
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
441 - Aliel Machado	REDE	
442 - Christiane de Souza Yared	PTN	PrbPtnPmnPtcPtdoB
447 - Diego Garcia	PHS	PpPtbPscPhs
444 - Dilceu Sperafico	PP	PpPtbPscPhs
446 - Edmar Arruda	PSC	PpPtbPscPhs
449 - Enio Verri	PT	
452 - Evandro Roman	PSD	PrPsdPros
455 - João Arruda	PMDB	PmdbPen
453 - Leandre	PV	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
 Hora: 09:59

	Partido	Bloco
PARANÁ		
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
459 - Luiz Nishimori	PR	PrPsdPros
461 - Marcelo Belinati	PP	PpPtbPscPhs
458 - Nelson Meurer	PP	PpPtbPscPhs
463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPen
462 - Ricardo Barros	PP	PpPtbPscPhs
464 - Rossoni	PSDB	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
467 - Sergio Souza	PMDB	PmdbPen
469 - Takayama	PSC	PpPtbPscPhs
470 - Toninho Wandscheer	PMB	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 25		
SANTA CATARINA		
559 - Angela Albino	PCdoB	
477 - Carmen Zanotto	PPS	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPen
475 - Décio Lima	PT	
532 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPen
471 - Esperidião Amin	PP	PpPtbPscPhs
482 - Geovania de Sá	PSDB	
473 - João Rodrigues	PSD	PrPsdPros
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPen
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	PmdbPen
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	PmdbPen
489 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPen
Presentes Santa Catarina: 13		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	PpPtbPscPhs
490 - Afonso Motta	PDT	
486 - Alceu Moreira	PMDB	PmdbPen
499 - Bohn Gass	PT	
492 - Carlos Gomes	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB
493 - Covatti Filho	PP	PpPtbPscPhs
495 - Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	PrPsdPros
491 - Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPen
502 - Giovani Cherini	PDT	
504 - Heitor Schuch	PSB	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	PpPtbPscPhs
539 - José Fogaça	PMDB	PmdbPen
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	PpPtbPscPhs
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	PpPtbPscPhs
496 - Marco Maia	PT	



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 18/12/2015
Hora: 09:59

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
507 - Marcon	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
540 - Mauro Pereira	PMDB	PmdbPen
497 - Osmar Terra	PMDB	PmdbPen
513 - Paulo Pimenta	PT	
503 - Pepe Vargas	PT	
516 - Pompeo de Mattos	PDT	
511 - Renato Molling	PP	PpPtbPscPhs
512 - Sérgio Moraes	PTB	PpPtbPscPhs
Presentes Rio Grande do Sul: 26		

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs e Srs. Senadores e 457 Srs e Srs. Deputados. Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

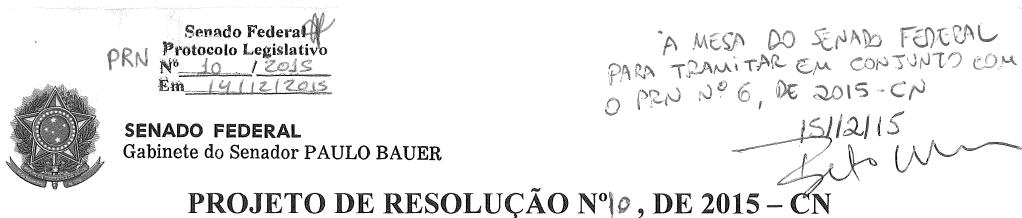
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, há expedientes que serão despachados e publicados na forma regimental:

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Sobre a mesa, **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 10, de 2015**, de autoria do Senador Paulo Bauer e de outros Srs. Parlamentares, que altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

A Presidência comunica que, de acordo com o §1º do art. 48, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramitará em conjunto com o Projeto de Resolução nº 6, de 2015, do Congresso Nacional.

É o seguinte o projeto de resolução:



Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para apresentação de emendas às medidas provisórias.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Resolução nº 1, de 8 de maio de 2002, do Congresso Nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Nos 10 (dez) primeiros dias que se seguirem à publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, poderão a ela ser oferecidas emendas, que deverão ser protocoladas na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que disciplina a tramitação das medidas provisórias, estabeleceu de forma correta, procedimentos que, em tese, permitiam que essa espécie normativa fosse apreciada pelo Poder Legislativo, no prazo de quarenta e cinco dias, ou seja, antes que esse tipo de matéria passe, por determinação constitucional, a sobrestar a pauta das Casas Legislativas.

Nesse sentido, e em busca da isonomia, determinou que a matéria tramitasse, consecutivamente, por catorze dias na respectiva comissão mista e em cada uma das Casas, deixando os três dias finais para que a Câmara dos Deputados apreciasse as eventuais emendas apresentadas pelo Senado Federal.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
PRN nº 10 / 2015
Fis. 01



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO BAUER

Para viabilizar o cronograma, estabeleceu-se um prazo bastante curto, de seis dias corridos para a apresentação de emendas junto à comissão mista.

Efetivamente, esse modelo somente tinha dois prazos peremptórios: os catorze dias da comissão mista, após os quais o colegiado perdia a sua atribuição de examinar a matéria; e os seis dias para apresentação de emendas, uma vez que, desde que a apreciação da medida provisória ocorresse nos cento e vinte dias totais de sua vigência, não havia como, na prática, restringir os prazos deferidos à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Dentro desse modelo, o que ocorria é que as comissões mistas nunca se reuniam e, simplesmente, após o décimo quarto dia de sua vigência, as medidas provisórias eram enviadas para o Plenário da Câmara dos Deputados.

A partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029, em 8 de março de 2012, esse quadro se alterou, uma vez que aquela Colenda Corte entendeu que o exame das medidas provisórias pela respectiva comissão mista era mandatório pela Constituição, nos termos do § 9º do art. 62.

Com isso, as medidas provisórias passaram a permanecer na comissão mista o tempo necessário à sua apreciação e, somente, então, continuar a sua tramitação.

O prazo dos seis dias corridos para a apresentação das emendas, entretanto, continuou peremptório e gerando os mais diversos problemas para os Deputados e Senadores, que acabam não tendo condições de examinar com o devido cuidado as medidas provisórias para propor a sua alteração.

Isso tem ficado ainda mais grave uma vez que, para reduzir ainda mais esse prazo, é prática do Governo editar medidas provisórias longas e complexas exatamente nas quintas e sextas-feiras, algumas em edições extraordinárias do Diário Oficial, que circulam no final da tarde e início da noite.

Ora, se é indiscutível que os prazos para tramitação das medidas provisórias são bastante reduzidos, pela natureza do instrumento, não nos parece que se justifique mais, frente à nova sistemática adotada após a citada decisão do Excelso Pretório – que, na prática, permite que essas matérias permaneçam na

g/2015-00987

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Sen. Afonso Arinos - Gab. 05 - 70165-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3303-6529 - Fax: (61) 3303-6535 - e-mail: paulobauer@senado.leg.br - Site: www.paulobauer.com.br



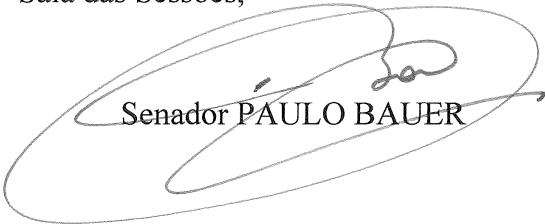
**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO BAUER

comissão mista o tempo que for necessário para o sua instrução – manter o diminuto prazo de emenda previsto na Resolução nº 1, de 2002–CN.

Assim, estamos apresentando este projeto, ampliando o prazo para emendamento de seis para dez dias corridos.

Sala das Sessões,


Senador PAULO BAUER

g/2015-00987

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Sen. Afonso Arinos - Gab. 05 - 70165-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3303-6529 - Fax: (61) 3303-6535 - e-mail: paulobauer@senado.leg.br - Site: www.paulobauer.com.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO BAUER

Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

SENADORES	ASSINATURAS
Waldir Marques	
Antônio Carlos Valadares	
Antônio Anastasia	
Fábio Ribeiro	
Heitor	
Altair Oliveira	
João Capiberibe	
Davi Alcolumbre	
Marco Dutra	
Zé de Punha	
Elmano Félix	
Wolffson Fagundes	
Wilson Moreira	
Sérgio Petecão	
Besiro Massi	





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO BAUER

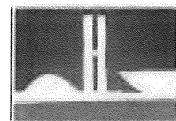
Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

SENADORES	ASSINATURAS
DARIO ZEISSER	
DARIO BERGER	
José Medeiros	
Paulo Paim	
Griboloti Plus Ribeiro	
Alexandre Lins	
José Serra	
Gaspar	
Paulo Cezar Flôres	
LÍDICE	
Joinville	
Ivo Cassol	
Otto Flórez	
Neves	





**Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN**



PROJETO DE RESOLUÇÃO S/N, DE 2015-CN

Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para apresentação de emendas às medidas provisórias.

Autor: Senador Paulo Bauer

Conferência em 14 de dezembro de 2015				
Senador (a)	Partido	UF	Confere?	fls.
Paulo Bauer	PSDB	SC	SIM	4
Waldemir Moka	PMDB	MS	SIM	4
Antonio Carlos Valadares	PSB	SE	SIM	4
Antonio Anastasia	PSDB	MG	SIM	4
Flexa Ribeiro	PSDB	PA	SIM	4
Acir Gurgacz	PDT	RO	SIM	4
Ataídes Oliveira	PSDB	TO	SIM	4
João Capiberibe	PSB	AP	SIM	4
Davi Alcolumbre	DEM	AP	SIM	4
Marcelo Crivella	PRB	RJ	SIM	4
Zeze Perrella	PDT	MG	SIM	4
Elmano Férrer	PTB	PI	SIM	4
Wellington Fagundes	PR	MT	SIM	4
Wilder Morais	DEM	GO	SIM	4
Sérgio Petecão	PSD	AC	SIM	4
Blairo Maggi	PR	MT	SIM	4
Dalírio Beber	PSDB	SC	SIM	5
Dário Berger	PMDB	SC	SIM	5
José Medeiros	PPS	MT	SIM	5
Paulo Paim	PT	RS	SIM	5
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	SIM	5
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	SIM	5
José Serra	PSDB	SP	SIM	5
Lasier Martins	PDT	RS	SIM	5
Maria do Carmo Alves	DEM	SE	SIM	5
Lídice da Mata	PR	BA	SIM	5
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	SIM	5
Ivo Cassol	PP	RO	SIM	5
Otto Alencar	PSD	BA	SIM	5

Assinaturas analisadas	29
Conferem com as originais	29
Repetidas	0
Assinaturas Válidas	29





Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

DEPUTADOS	ASSINATURAS	
Gonçalo Reis		Gab-206
Alberto Braga		511
Ramundo G. Mello		729
Simão Bezerra		413
Rocha		Gab-607
Fernando Gouvêa		Gab-411
Wálio Botelho		478
Ivano Oliveira		629
José Júlio		833
Silas Basílio		382
Hélio Koch		277
Fábio Reis		458
Italo		62
Paulo Freire		416
Custiane Brasil		644





Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

DEPUTADOS	ASSINATURAS
Leonardo Quintão	914
Daniel Almeida	317
Silvio Torres	404
Marco Rotta	333
Sergio Moraes	258
Frank Aguiar	533
Regis Caro Ribeiro	674
Jefferson Camargo	346
Mainha	624
Eduardo Barbosa	540
Franklin de Jesus	535
Cadávamus	910
Victor Mendes	580
Pedro Chaves	406



5



Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

DEPUTADOS	ASSINATURAS
MAX FILHO	270
Pastor Franklin	627
Jair Bolsonaro	482
Edépolo Meyer	732
Celso Maldaner	314
Roney Reymond	572
Eli Corrêa Jr.	850
Corrêa Melo	443
Mario Helena	610
Rubens Peres	544
Paulo Paim	574
Subtenente Gonzaga	750
Diego Garcia	745
Denílio Delâo	538
Nelson Meurer	916





Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

DEPUTADOS	ASSINATURAS
Edmílio Rodrigues	301
Lucas Penteado	320
Anna	575
H. Manoel	284
Gonzaga Patriota	430
Carlo Salino	100
Bruno Covas	521
Miguel Haddad	369
Ronaldo Janeca	223
Paulo Bursato	570
Heuler Crivônet	530
Surero	212
André Pacheco	846
Guilherme Gaú	383
Guilherme	204
Helton Frates	

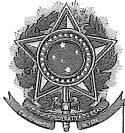




Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

DEPUTADOS	ASSINATURAS
Mario Hengen	211
Eromes Roman	303
Edico Loges	310
Mauro Vicente	360
Edmílio Bez	703
Elso Russomano	360
Mauro Loges	844
Farid JAFARIN	326
João Marcelo	659
Zorizeano Vital	833
Vicente Cândido	819
Capitão Augusto	273
Wassan Ribeiro	556
Dr Jorge Silva	227
Daniela Fáte	384





Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para a apresentação de emendas às medidas provisórias.

DEPUTADOS	ASSINATURAS
Ubiraci Carvalho	356
Paulo Sérgio	336
Rogério Peninha	656
One	958
Nelson Marqueselli	920
Alvaro	313
Carlos Henrique Gaguim	222
Alfredo Rafter	818
Ruben Bueno	623
Gláucio Cristina	948
Marcelo Siqueira	550
Deber Vende	710
Roberto Britto	733





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

OF. N° 413 /2015 – SGM

Brasília, em 10 de dezembro de 2015.

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V. S^a a gentileza de proceder à conferência das assinaturas dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas, apostas às folhas de n^{os} 4 a 9, da minuta do anteprojeto de resolução de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Resolução n^o 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para apresentação de emendas às medidas provisórias”.

Atenciosamente,

José Roberto Leite de Matos
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto do Senado Federal

Ao Senhor
Silvio Avelino da Silva
Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM n.º 608/2015

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

Ao Senhor

José Roberto Leite de Matos

Secretário-Geral da Mesa Adjunto do Senado Federal

N E S T A

Assunto: **Conferência de assinaturas de Deputados.**

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 0113/2015-SGM, de 10 de dezembro de 2015, a conferência de assinaturas dos Senhores Deputados, apostas às folhas de nº 4 a 9, da minuta do anteprojeto de resolução de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para apresentação de emendas às medidas provisórias".

Atenciosamente,


Silvio Avelino da Silva
Secretário-Geral da Mesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS**SGM - SECAP**

10/12/2015 17:32:26

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição: OF. 0113/2015**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL**Data de Apresentação:** 10/12/2015**Ementa:** Conferência de assinaturas de deputados apostas às folhas de nº 4 a 9 da minuta do anteprojeto de resolução de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Altera a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para disciplinar o prazo para apresentação de emendas às medidas provisórias".**Folha: 04**

Deputado	Partido	UF	Confere
GORETE PEREIRA	PR	CE	SIM
ALBERTO FRAGA	DEM	DF	SIM
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	SIM
ARNON BEZERRA	PTB	CE	SIM
ROCHA	PSDB	AC	SIM
RÔMULO GOUVEIA	PSD	PB	SIM
LÁZARO BOTELHO	PP	TO	SIM
LAERCIO OLIVEIRA	SD	SE	SIM
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PMDB	PB	SIM
SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	SIM
HEITOR SCHUCH	PSB	RS	SIM
FABIO REIS	PMDB	SE	SIM
IZALCI	PSDB	DF	SIM
PAULO FREIRE	PR	SP	SIM
CRISTIANE BRASIL	PTB	RJ	SIM

Folha: 05

Deputado	Partido	UF	Confere
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG	SIM
DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	SIM
SILVIO TORRES	PSDB	SP	SIM
MARCOS ROTTA	PMDB	AM	SIM
SÉRGIO MORAES	PTB	RS	SIM
LUIZ CARLOS RAMOS	PMB	RJ	SIM



Protocolo Legislativo

SGM - SECAP

10/12/2015 17:32:26

Conferência de Assinaturas

Página: 002

JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP	SIM
MAINHA	SD	PI	SIM
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	SIM
JHONATAN DE JESUS	PRB	RR	SIM
TAKAYAMA	PSC	PR	SIM
VICTOR MENDES	PMB	MA	SIM
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	SIM

Folha: 06

Deputado	Partido	UF	Confere
MAX FILHO	PSDB	ES	SIM
PASTOR FRANKLIN	PTdoB	MG	SIM
JAIR BOLSONARO	PP	RJ	SIM
LEOPOLDO MEYER	PSB	PR	SIM
CELSO MALDANER	PMDB	SC	SIM
RONEY NEMER	PMDB	DF	SIM
ELI CORRÊA FILHO	DEM	SP	SIM
EVAIR DE MELO	PV	ES	SIM
MARIA HELENA	PSB	RR	SIM
RUBENS PEREIRA JÚNIOR	PCdoB	MA	SIM
PAULO HENRIQUE LUSTOSA	PP	CE	SIM
SUBTENENTE GONZAGA	PDT	MG	SIM
DIEGO GARCIA	PHS	PR	SIM
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	SIM
NELSON MEURER	PP	PR	SIM

Folha: 07

Deputado	Partido	UF	Confere
EDMILSON RODRIGUES	PSOL	PA	SIM
CACÁ LEÃO	PP	BA	NÃO
CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO	SIM
MARCO TEBALDI	PSDB	SC	SIM
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	SIM
CABO SABINO	PR	CE	SIM
BRUNO COVAS	PSDB	SP	SIM
MIGUEL HADDAD	PSDB	SP	SIM
RONALDO FONSECA	PROS	DF	SIM
LUIZ CARLOS BUSATO	PTB	RS	SIM
HEULER CRUVINEL	PSD	GO	SIM

SGM - SECAP

10/12/2015 17:32:26

Conferência de Assinaturas

Página: 003

AUREO	SD	RJ	SIM
ANDRE MOURA	PSC	SE	SIM
GIUSEPPE VECCI	PSDB	GO	SIM
AELTON FREITAS	PR	MG	SIM

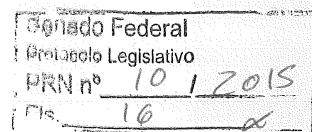
Folha: 08

Deputado	Partido	UF	Confere
MÁRIO HERINGER	PDT	MG	SIM
EVANDRO ROMAN	PSD	PR	SIM
CHICO LOPES	PCdoB	CE	SIM
MARCUS VICENTE	PP	ES	SIM
EDINHO BEZ	PMDB	SC	SIM
CELSO RUSSOMANNO	PRB	SP	SIM
MAURO LOPES	PMDB	MG	SIM
MÁRCIO MARINHO	PRB	BA	SIM
JOÃO MARCELO SOUZA	PMDB	MA	SIM
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PMDB	PB	SIM
VICENTE CANDIDO	PT	SP	SIM
CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP	SIM
WADSON RIBEIRO	PCdoB	MG	SIM
DR. JORGE SILVA	PROS	ES	SIM
DANILO FORTE	PSB	CE	SIM

Folha: 09

Deputado	Partido	UF	Confere
VINICIUS CARVALHO	PRB	SP	SIM
PAULO FEIJÓ	PR	RJ	SIM
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC	NÃO
JHC	PSB	AL	SIM
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	SIM
CARLOS MANATO	SD	ES	SIM
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PMB	TO	SIM
ALFREDO KAEFER	PSDB	PR	SIM
RUBENS BUENO	PPS	PR	SIM
LEÔNIDAS CRISTINO	PROS	CE	SIM
MARCELO SQUASSONI	PRB	SP	SIM
CLEBER VERDE	PRB	MA	SIM
ROBERTO BRITTO	PP	BA	SIM

(Às Mesas do Senado Federal; e da Câmara dos Deputados)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Está aberto aos Srs. e Sras Parlamentares.

Para breves comunicações, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB, de São Paulo.

O SR. DANILÓ FORTE (PSB - CE) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Pois não.

O SR. DANILÓ FORTE (PSB - CE. Sem revisão do orador.) – No sentido de facilitar os trabalhos, nós fizemos um acordo, inclusive, na Comissão Mista de Orçamento, de que hoje nós votaríamos os vetos que estão pendentes de votação e o PPA, que é princípio básico, para poder liberar, inclusive, a votação da LOA na Comissão de Orçamento. A nossa ideia é votar essa LOA amanhã na Comissão de Orçamento, para poder concluir até amanhã o prazo de votação tanto da LOA como da LDO. E, no sentido de agilizar, desde já, inclusive diante do cansaço depois de todo o dia de hoje, reunir tanto Câmara como Senado, poderia ser aberta já a votação com relação aos vetos durante o período em que vão sendo feitas as falas, e, posteriormente, na votação do PPA, abrir-se-ia para a defesa e para a leitura do PPA.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas...

(Interrupção do som.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, antes da votação de LDO, de PPA, de LOA, é necessário votar os vetos. E existe um voto extremamente importante: é o voto da desaposentação.

Muita gente nem sabe o que quer dizer isso. Mas o que é desaposentação? É a pessoa que, aposentada, voltou a trabalhar, e, ao retornar ao trabalho, tem o desconto da sua contribuição previdenciária.

E o que quer essa pessoa que está tendo esse desconto? Que, após parar de trabalhar definitivamente, ela possa agregar à sua aposentadoria o novo tempo trabalhado. Por que ela vai buscar esse novo tempo trabalhado? Porque a Previdência acabou com o pecúlio.

Na época em que existia o pecúlio, ninguém falava em desaposentação, porque o novo tempo trabalhado, a pessoa ia lá e interrompia as suas contribuições. Era o resgate do pecúlio. Deram uma de malandro: acabaram com o pecúlio, mas continuaram cobrando a contribuição sindical.

E, agora, abriu-se a brecha jurídica para a desaposentação. Várias decisões das varas previdenciárias foram favoráveis aos aposentados que retornaram ao trabalho. Em grau de recurso, nas turmas recursais, do Juizado Especial Federal, ou no Tribunal Regional Federal, foi confirmada essa decisão; no STJ, Superior Tribunal de Justiça, foi confirmada essa decisão do direito à desaposentadoria.

E o Governo, no entanto, continua recorrendo, empurrando com a barriga, e jogou a bola para o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal parece que se esqueceu de votar essa matéria, porque há mais de um ano a Ministra Rosa Weber pediu vista, e até agora não chegou esse processo, porque ela não devolveu para ser votado. Já há dois votos favoráveis, um do Ministro Barroso, e é verdade que é um favorável parcial, porque ele só permite agregar o novo tempo trabalhado, não permite agregar a nova idade; há o voto do Ministro Marco Aurélio, atendendo a essa questão; e os votos contrários do Ministro Teori Zavascki e do Ministro Dias Toffoli; e agora se aguarda a votação da Ministra Rosa Weber.

Enquanto isso, aqui no Congresso, o PPS apresentou uma emenda. E ela, na Medida Provisória nº 667, contemplou a questão da desaposentação, mas a Presidente Dilma vetou. Vetou, como também havia vetado a questão da Fórmula 85/95.

Mas, depois do voto do Governo, veio outra medida provisória, e eu apresentei novamente a emenda. E essa emenda agora foi contemplada. Já está em vigor, desde junho deste ano, a Fórmula 85/95.

Mas queremos mais. Queremos garantir a questão da desaposentação, para que a pessoa possa, pelo menos, aumentar um pouquinho o seu rendimento, que é uma miséria. E agora, inclusive, por uma manutenção de voto irresponsável desta Casa, nós impedimos que o aposentado tivesse direito ao seu aumento real.

Portanto, Sras e Srs. Congressistas, é o momento de V. Exas colocarem a digital e dizerem se são a favor ou se são contra a desaposentação. Eu já requeri que essa votação seja feita em separado, para poder, a partir daí, garantir essa situação, e tenho certeza, Sr. Presidente, de que a expectativa de muitos, hoje, é de que essa matéria tenha a sua votação através desse voto derrubado, aqui nesta Casa. Seria, sem dúvida nenhuma, um grande presente de Natal para aqueles que trabalharam durante tanto tempo, que retornaram ao trabalho e saíram de mãos abanando, porque o seu tempo não está computado.

Então, Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, é a hora, agora, de nós podermos dar a devida resposta, de que estamos preocupados com os aposentados e com as pensionistas e aguardar essa decisão. Lá no Supremo, a coisa está muito demorada, está muito calma. E esse pedido de vista não se enxerga nunca.

Eu já queria pedir o apoio de todos.

A Senadora Ana Amélia esteve comigo lá no Supremo brigando por essa questão da desaposentação. Vamos votar aqui hoje, Senadora,...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – ... para concluir, para derrubar esse veto e...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Para concluir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – ... acabar a dependência do Supremo Tribunal Federal, e, ao mesmo tempo, dar um presente de Natal aos trabalhadores brasileiros, que não têm nenhuma expectativa, não têm nenhuma perspectiva, estão numa pasmaceira só.

Queiramos que nós tenhamos essa oportunidade. A Argentina já mudou, a Venezuela vai mudar, e nós precisamos mudar também o Brasil. Portanto, Sr. Presidente, a mudança começa com essa oportunidade de nós darmos o direito ao trabalhador que voltou ao trabalho depois de aposentado de agregar um novo tempo à sua aposentadoria e diminuir o prejuízo desse maldito fator previdenciário, que rouba cerca de 30 a 40% do valor do benefício do trabalhador depois de 35 anos de trabalho, e a mulher, pela menor expectativa de vida, chega a perder até 50%.

Chega, votar veto, derrubar desaposentação!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para convocar a nossa Bancada, que venha logo marcar presença. Vamos começar a Ordem do Dia do Congresso Nacional! Votar LDO, votar tudo que temos na pauta de hoje, fechar o balanço positivamente do nosso período legislativo deste ano, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras Deputadas, Senadores e Senadoras, estou aqui na página do Banco Central do Brasil. Hoje nós estamos aqui para votar o Orçamento, estamos para votar o PPA também.

No resultado fiscal encerrado em 30 de novembro de 2015, está aqui na nota para imprensa do Banco Central do Brasil, no parágrafo quarto, o resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$29,4 bilhões em outubro. No ano, o déficit nominal totalizou R\$446 bilhões, comparativamente a déficit de R\$242 bilhões do ano anterior. Anualizado, o déficit público chegou à estratosfera de R\$547 bilhões.

O Líder do Governo fala em fechar o ano bem. É a tragédia do País, é o ano de maior déficit de todos os tempos, 9,5% do Produto Interno Bruto, de quase R\$6 trilhões. Este Governo da Presidente Dilma Rousseff, do seu Partido, o PT, e dos seus aliados, gastou a mais do que arrecadou este ano R\$442 bilhões, e, projetado em 12 meses, R\$547 bilhões.

O que estamos discutindo aqui? Quais dos Srs. Deputados, Senadores gastaram se nenhuma emenda, praticamente, foi paga nem empenhada? Quem é que gastou, quem é que autorizou? Muitos dos gastos feitos pela Presidente Dilma Vana Rousseff foram feitos por decretos sem números e sem autorização do Legislativo.

Sem autorização do Legislativo? Olha, é crime, é crime de responsabilidade, passível de punição, passível de afastamento, de *impeachment*. Pode um governante gastar R\$547 bilhões?

A minha Londrina tem um orçamento este ano de mais ou menos R\$1,5 bilhão. Imagine Londrina ter R\$1,5 bilhão de orçamento com 550 mil habitantes. Mais de 330 vezes gastou S. Ex^a, a Presidente Dilma, a mais do que arrecadou.

Eu não estou falando... Isso aqui é só o déficit. Além de ter arrecadado os seus vinte e tantos por cento do PIB, um trilhão e pouco, ela já gastou R\$442 bilhões, e, projetando para dezembro, R\$547 bilhões.

Que País é esse? Onde está a seriedade? Onde está a capacidade do Governo?

Se isto não for motivo para afastamento e para *impeachment*, eu não sei o que eu estou fazendo aqui, o que nós, Deputados e Senadores, estamos fazendo. Se é para dar o jeitinho brasileiro e deixar do jeito que está, eu sou legalista, sou pela legalidade, pela Constituição. E a Constituição prevê que, quando o Governo infringe a Lei de Responsabilidade, e está lá no art. 32 da Constituição, seja lá governador ou prefeito, ele sofre processo de afastamento, de *impeachment*; governador e prefeito, de cassação.

Então, Sr. Presidente, é grave. Não adianta ficar discutindo o Orçamento para o ano que vem se o Brasil está uma tragédia.

E o Governo Federal é responsável pela quebra deira dos Estados e Municípios. Ele quebrou as empresas. Mais de 50% das empresas estão inadimplentes; muitas faliram. Nove milhões de pessoas desempregadas; 11%

de inflação; 360% de juros no cartão de crédito; déficit público; déficit na balança comercial; déficit na balança de pagamentos; caos na saúde e no SUS; tirou dinheiro da educação, da saúde, da assistência social e da segurança! Para que serve este Governo? Para infelicitar a Nação? Ou vocês querem os empregos dos milhares de cargos de comissão das dezenas de ministérios e das estatais?

É chegada a hora de colocar um fim neste Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Para encerrar.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – É chegada a hora de colocar um fim neste Governo tragicômico, que infelicita a Nação brasileira. Noventa por cento da população rejeita este Governo.

O que os Deputados e Senadores estão esperando para colocar a Dona Dilma em aposentadoria e para casa? Se ela renunciar hoje, podemos até resolver os direitos dela de ir para casa. Eu acho que ela nem precisa disso, mas a renúncia é possível. O *impeachment* é necessário para pôr o Brasil nos eixos.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

Pela legalidade, pela constitucionalidade, contra o golpe! Somos contra qualquer tipo de golpe. Somos pela Constituição, pela legalidade e pelo *impeachment*.

E sei que o Supremo, amanhã, vai decidir com sabedoria e não interferir no Regimento Interno, porque é uma corte constitucionalista.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SD - BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui manifestar que a posição do Solidariedade, como outros partidos aqui também já se colocaram, é de que nós estamos dispostos a votar hoje o PPA, o Plano Plurianual, mas não concordamos em votar hoje a LDO. Pensamos que a LDO deva ser votada amanhã junto com a LOA.

Essa é a posição que eu sinto aqui e que faz consenso para que nós possamos avançar no sentido de aprovar hoje o PPA e, amanhã, aprovar a LDO e a LOA.

Essa é a posição do Solidariedade para que não precisemos entrar em obstrução como outros partidos também aqui já se posicionaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Eu gostaria de convidar os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para que compareçam ao plenário e marquem a sua presença para que nós possamos iniciar a votação dos vetos.

Tem a palavra o Deputado Márcio Pestana. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Tem a palavra Cláudio Cajado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Tem a palavra Rocha, do PSDB do Acre.

O SR. ROCHA (PSDB - AC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos acompanhado o desenrolar dos fatos da operação Lava Jato, e, ontem, mais uma vez, aparece nos noticiários a notícia do envolvimento de um tesoureiro do Partido dos Trabalhadores com arrecadação de propina. Falo dos autos do inquérito que envolve a denúncia do Sr. Carlos Bumlai e a família Schahin.

Mais uma vez se comprova a existência de uma verdadeira quadrilha instalada nas hostes do Poder Público Federal e que tem como único propósito surrupiar recurso público para manter um esquema de poder.

Dia 13, o povo brasileiro foi às ruas para se manifestar, para mostrar o seu repúdio diante do que está acontecendo. É fato que o movimento não contou com a presença de um público muito grande, mas isso é o reflexo do descrédito que a política vem tendo por parte do cidadão brasileiro, que vê hoje a política como uma coisa suja, que vê hoje a política como um grupo de pessoas que se aproveita do poder para tirar vantagens pessoais.

E, aí, Sr. Presidente, é bom que se diga: a todo momento nós vemos, das tribunas da Câmara dos Deputados e até do Senado, a tentativa de distorcer os fatos, a tentativa de negar o óbvio, de negar a realidade, de negar que a Petrobras foi saqueada, de negar que o BNDES foi usado para enriquecer, para locupletar o “pixuleco”, como é conhecido hoje o ex-Presidente e Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores.

O fato é que nós temos que mudar esse quadro.

Não é admissível que hoje, vez por outra, a Polícia Federal invada a Câmara dos Deputados, a casa de políticos para cumprir mandados judiciais. O povo brasileiro cansou de ver tanta sujeira, tanta roubalheira e tanta indecência.

Eu não posso deixar de dizer que, enquanto tentam transferir a crise de gestão, a crise ética, a crise política apenas para o Congresso ou para a Câmara dos Deputados, não vamos nos esquecer de que, nas gravações que foram reveladas do Senador e Líder do Partido dos Trabalhadores, Delcídio do Amaral, que mostravam um plano, uma trama para perpetrar a fuga de alguém que foi condenado pela Justiça pela prática de crimes, o Sr. Cerveró, essa fuga passava antes pela concessão de um *habeas corpus* da parte do Supremo.

Então, o Supremo também não está fora desse mar de lama. O Supremo também não está isento, assim como a Presidência da República. O fato é que essa política é que levou o povo brasileiro a desacreditar da grande maioria dos políticos, que hoje certamente paga uma conta que não é sua. Tem que mudar.

Então, Sr. Presidente, eu venho aqui para, mais uma vez, tentar desfazer as mentiras que foram feitas nesta tribuna por aqueles que negam a realidade: o PT é o partido que tem hoje na cadeia as suas principais lideranças e certamente outros irão para a cadeia também fazer companhia aos companheiros do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, pela Liderança do PCdoB.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente, enquanto o quórum se estabelece para que as votações se iniciem, gostaria, em primeiro lugar, de registrar que, dos vetos apostos pela Presidenta da República, há um veto que o PCdoB não acompanharia, que é o veto apostado à Lei do Direito de Resposta.

Consideramos que esse veto anula a essência do que nós conseguimos, depois de muita luta, aprovar aqui, que é o artigo que determina a essência da possibilidade de dar o direito de resposta na mídia, da forma como as Casas votaram, inclusive com a possibilidade da resposta pessoal: primeiro a garantia da resposta; segundo a resposta feita, pessoalmente, pelo que se sentiu lesado diante da mídia brasileira.

Portanto, nós não acompanharemos esse veto; votaremos pela derrubada deste veto, por toda a luta que temos hoje, pela democratização da comunicação e por tudo o que consideramos do direito de alguém responder, no mesmo espaço, no mesmo tempo e da mesma forma, pela sua dignidade, pela sua altivez, contra a difamação de um nome sem prova concreta.

Portanto, essa é uma posição clara da nossa Bancada e do nosso Partido.

Segunda questão que eu quero registrar aqui e que não deu tempo de eu falar na sessão da Câmara pelo meu tempo restrito de Liderança. O dia de hoje foi extremamente conturbado. Nós não temos ainda os dados de todos os mandados de busca e apreensão, no entanto, alguns já eram esperados, como o do Presidente da Casa, Eduardo Cunha, que precisa, de fato, aprofundar a investigação da mesma forma que o Conselho de Ética hoje conseguiu responder a essa demanda corretamente, instaurando o processo de investigação, o devido processo legal com amplo direito de defesa. Mas é necessário que se aprofunde a investigação, para que fique clara para a sociedade a existência de um crime para possibilitar a posição deste Plenário.

E como terceiro ponto, gostaria de expressar aqui a nossa expectativa em relação à votação do Supremo Tribunal Federal amanhã. Semana passada, nós vivenciamos aqui muitas ilegalidades, quebra da constitucionalidade e a tentativa de montar um processo de *impeachment* pautado apenas no Regimento da Casa, num rito ultrapassado, o qual precisamos de impedir que ocorra.

Todo processo de *impeachment* precisa ter um comando constitucional. E aqui, com votação secreta, com chapa avulsa, para eleger a Comissão Especial que discutirá a instalação ou não, a admissibilidade ou não de um processo de *impeachment*, precisava haver voto aberto e chapa indicada pelos Líderes. Isso é o que manda a Constituição, a Lei dos Partidos e o próprio Regimento da Casa.

Então, quando o PCdoB assina a ação de descumprimento de preceito fundamental, pedindo que o Supremo avalie, sob a ótica da Constituição, o rito do *impeachment*, questiona as ilegalidades através da cautelar, questiona as inconstitucionalidades através da cautelar, o que ele espera é a anulação de todo o processo vivido até aqui e que fique claro qual é o rito que esta Casa e o Senado Federal devem conduzir para algo de tamanha complexidade e tamanha relevância. Não é uma questão menor se discutir o mandato da Presidenta da República, eleita por 54 milhões de brasileiros.

(Soa a campainha.)

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E, por fim, dizer que hoje a Bancada do PCdoB, vários Deputados, juntamente com Deputados de outras bancadas, fomos ao Supremo Tribunal Federal para, junto com o PSOL, a Rede, vários Deputados do PT e outros Deputados que também lá assinaram – foram em número de 50 –, levar ao Supremo Tribunal Federal uma carta aberta, colocando a necessidade de que se interrompa a presença do Deputado Eduardo Cunha na Presidência da Casa por já ter ultrapassado todo e qualquer limite de ingerência na sua própria investigação e no processo do *impeachment* da Casa.

Esta Casa não pode girar em torno de manobras que sirvam a interesses particulares. Queremos, de fato, que possamos cumprir a Constituição, que o Deputado Eduardo Cunha exerça o seu direito de defesa, mas sem o poder de interferir no processo de investigação dele próprio, como também da Presidenta da República,...

(Interrupção do som.)

O SR. JHONATAN DE JESUS (Bloco/PRB - RR) – Presidente, vamos iniciar a votação.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Para concluir.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... vide o que já ocorreu de ilegalidade e constitucionalidade.

Portanto, esses são os registros que o PCdoB gostaria de deixar na sessão do Congresso, alimentando grande expectativa em relação à votação do Supremo Tribunal Federal no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Nós vamos iniciar aqui a votação.

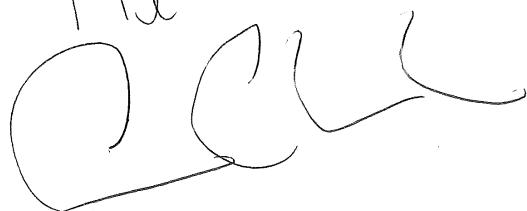
Existem dois destaques para apreciação dos destaques dos vetos: PSDB, do item da célula 2.14 a 2.17, Veto nº 49, de 2015, obrigação de o INSS prestar informações ao solicitante de aposentadoria. Segundo destaque: PPS, da Câmara dos Deputados, Bloco PP/PTB/PSC/PHS da Câmara dos Deputados, item da célula 2.22 a 2.35, Veto nº 49, de 2015, da desaposentação. (**Requerimentos nºs 106 a108, de 2015.**)

São os seguintes os requerimentos:

REQUERIMENTO N°

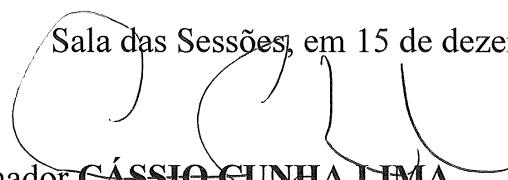
106
, de 2015 - CN

Senhor Presidente,



Requeiro, nos termos do artigo 106-D do Regimento Comum, destaque para votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, dos seguintes dispositivos vetados, constantes do Veto Parcial nº 49, de 2015:

1. [002.014] – "caput" do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.
2. [002.015] - inciso I do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.
3. [002.016] – inciso II do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.
4. [002.017] – inciso III do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.

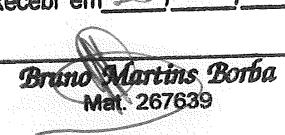


Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2015.

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Líder do PSDB

Recebi em 15/12/2015 às 18:41
Bruno Martins Borba
Mat. 267639





Câmara dos Deputados

*REQUERIMENTO DE
DESTAQUE DE BANCADA* nº 107, de 2015-CN
(PPS)

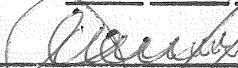
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Ex^a, nos termos do Art. 106-D do Regimento Comum, destaque para apreciação no painel eletrônico do Art. 6º do PLV nº 15, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 676, de 2015), constante do Veto nº 49/15.

Sala das Sessões, em 10 de Dezembro de 2015.


Deputado RUBENS BUENO
Líder do PPS

Recebi em 10/12/15 às 13h


Mateus D. dos Santos Sena
Mat. 267718

Recebi em 15/12/15*Bruno Martins Borba*

Mat. 267639

16h31min



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Bloco Parlamentar PP/ PTB/PSC/PHS

REQUERIMENTO DE
DESTAQUE DE BANCADA 108, de 2015 - CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, inciso I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque para votação em separado** dos itens 002.022 a 002.035 da cédula de votação (referentes ao art. 6º do PLV 15/2015 constante no Veto Parcial nº 49/2015), item 2 da pauta do Congresso Nacional.

lontra

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2015.

Dep Arnaldo Faria de Sá

Bruno
DEP. JOVAIR ARANTES
LÍDER DO BLOCO PP/PTB/PSC/PHS

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) –Existe algum tipo de acordo para que se retirem os vetos? Porque a gente apressa a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Vamos votar, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB - PE) – Presidente, existe um entendimento com a Oposição para que os vetos sejam votados.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar. Abra a votação.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – A Presidência esclarece que a cédula eletrônica de votação dos vetos foi disponibilizada no Portal do Congresso Nacional.

Os postos para a entrega dos vetos encontram-se distribuídos no plenário, identificados por placas com as letras iniciais dos nomes das Sras e dos Srs. Parlamentares.

O Parlamentar deve entregar o voto devidamente assinado e acompanhar a sua identificação por meio de etiqueta com foto e código de barras.

Os votos das Sras e dos Srs. Parlamentares serão posteriormente armazenados em tablets institucionais em cada um dos postos de votação. Somente após o encerramento da votação, os dados contidos nos tablets serão apurados.

Os votos entregues pelos Parlamentares serão distribuídos no quinto dia útil, contado a partir da divulgação do resultado final de votação dos vetos.

Finda a apuração, o resultado simplificado será divulgado no painel do plenário, e o completo, no Portal do Congresso Nacional.

Declaro aberto o processo de votação e solicito aos Srs. Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras que se dirijam aos postos de votação.

Está aberta a votação.

São os seguintes os itens:

Item 1:

VETO PARCIAL N° 48, DE 2015

Discussão, em turno único, do (a) Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 677, de 2015), que *“Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e a Furnas Centrais Elétricas a participar, respectivamente, do Fundo de Energia do Nordeste e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica; altera as Leis nºs 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.491, de 9 de setembro de 1997, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências”*.

- art. 12;
- “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 13 do projeto;
- inciso I do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 13 do projeto;
- inciso II do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 13 do projeto;
- inciso III do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 13 do projeto;
- inciso IV do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 13 do projeto;
- § 4º do art. 4º da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, com a redação dada pelo art. 14 do projeto;
- art. 16.

Item 2:

VETO PARCIAL N° 49, DE 2015

Discussão, em turno único, do (a) Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 676, de 2015), que *“Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito*

rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerce atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências".

- inciso V do § 10 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- inciso V do § 9º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso I do "caput" do art. 16 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso II do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso III do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- alínea "a" do inciso V do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- alínea "b" do inciso V do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "c" do inciso V do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- alínea "d" do inciso V do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso VI do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso VII do "caput" do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- § 1º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 4º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- "caput" do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso I do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso II do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- inciso III do § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;
- art. 29-D da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 6º do art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- § 10 do art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, com a redação dada pelo art. 3º do projeto;
- § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- "caput" do § 2º-A do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- inciso I do § 2º-A do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- inciso II do § 2º-A do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- inciso III do § 2º-A do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;

- inciso IV do § 2º-A do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- § 2º do art. 25 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- “caput” do art. 28-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- § 1º do art. 28-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- § 2º do art. 28-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- § 3º do art. 28-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- § 1º do art. 54 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- § 2º do art. 54 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- inciso III do art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 6º do projeto;
- inciso I do “caput” do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- inciso II do “caput” do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- inciso III do “caput” do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- inciso IV do “caput” do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- inciso V do “caput” do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 1º do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 2º do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 3º do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 4º do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 5º do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto;
- § 6º do art. 4º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo art. 7º do projeto.

Item 3:**VETO PARCIAL Nº 50, DE 2015**

Discussão, em turno único, do (a) Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2011 (ECD nº 9/2015 e nº 6.446/2013, na Câmara dos Deputados), que “*Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social*”.

– § 3º do art. 5º.

Item 4:**VETO TOTAL Nº 51, DE 2015**

Discussão, em turno único, do (a) Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2011 (nº 5.732/2013, na Câmara dos Deputados), que “*Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braile*”.

Item 5:**VETO TOTAL Nº 52, DE 2015**

Discussão, em turno único, do (a) Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2008 (nº 6.299/2009, na Câmara dos Deputados), que “*Altera o caput do art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária*”.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM - BA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que registre nos *Anais do Congresso Nacional* a nota para a imprensa da política fiscal do mês de novembro, 30 de novembro, onde se fala do déficit de R\$547 bilhões, do discurso que eu fiz. A nota técnica está aqui – cópia retirada agora.

Peço registro do que eu estou falando – é verdadeiro – da quebra deira do Brasil.

A Presidente Dilma Rousseff quebrou o Governo do Brasil e quebrou o Brasil. Ela é pior do que Átila, rei dos hunos. Ela devastou e quebrou o nosso País.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Política Fiscal - Nota para a Imprensa.

Política Fiscal

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

NOTA PARA A IMPRENSA - 30.11.2015

Política Fiscal

I - Resultados fiscais

Em outubro o setor público consolidado registrou *deficit* primário de R\$11,5 bilhões. O Governo Central apresentou *deficit* primário de R\$12,3 bilhões, enquanto os governos regionais e as empresas estatais apresentaram *superavits* primários de R\$775 milhões e R\$11 milhões, na mesma ordem.

O resultado primário acumulado no ano foi deficitário em R\$20 bilhões, ante *deficit* de R\$11,6 bilhões no mesmo período de 2014. No acumulado em doze meses, registrou-se *deficit* primário de R\$40,9 bilhões (0,71% do PIB), comparativamente a *deficit* de R\$25,7 bilhões (0,45% do PIB) em setembro.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$17,9 bilhões em outubro, comparativamente a R\$70 bilhões em setembro. Contribuiu para essa redução o ganho de R\$19 bilhões em operações de *swap* cambial no mês, ante perda de R\$38,6 bilhões no mês anterior. No acumulado no ano, os juros nominais alcançaram R\$426,2 bilhões, comparativamente a R\$230,7 bilhões no mesmo período do ano anterior. Em doze meses, os juros nominais atingiram R\$506,9 bilhões (8,79% do PIB), reduzindo-se 0,11 p.p. do PIB em relação ao observado em setembro.

O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$29,4 bilhões em outubro. No ano, o *deficit* nominal totalizou R\$446,2 bilhões, comparativamente a *deficit* de R\$242,2 bilhões no mesmo período de 2014. No acumulado em doze meses, o resultado nominal registrou *deficit* de R\$547,9 bilhões (9,50% do PIB), elevando-se 0,16 p.p. do PIB em relação ao *deficit* registrado no mês anterior.

O *deficit* nominal de outubro foi financiado mediante expansões de R\$26 bilhões na dívida mobiliária, de R\$11,4 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, e de R\$86 milhões no financiamento externo líquido, contrabalançadas, parcialmente, pela redução de R\$8,1 bilhões na dívida bancária líquida.

II - Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal interna fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, totalizou R\$2.504 bilhões (43,4% do PIB) em outubro, registrando decréscimo de R\$84,7 bilhões em relação ao mês anterior. O resultado refletiu resgates líquidos de R\$110,6 bilhões, decréscimo de R\$0,5 bilhão em razão da apreciação cambial e incorporação de juros de R\$26,4 bilhões.

Destacaram-se os resgates líquidos de R\$124,4 bilhões em LTN, de R\$0,8 bilhão em NTN-C e de R\$0,4 bilhão em NTN-A; e as emissões líquidas de R\$7,5 bilhões em LFT de R\$3,6 bilhões em NTN-B e de R\$2,4 bilhões em créditos securitizados.

A participação por indexador registrou a seguinte evolução, em relação a setembro: a porcentagem dos títulos indexados a câmbio permaneceu em 0,5%; a dos títulos vinculados à taxa Selic elevou-se de 16,8% para 17,1%, devido a emissões líquidas de LFT; a dos títulos prefixados reduziu-se de 32,6% para 29,1%, pelos resgates líquidos de LTN; e a dos títulos indexados aos índices de preços passou de 25,3% para 25,5%, pelas emissões líquidas de NTN-B. A participação das operações compromissadas cresceu de 24,4% para 27,5%, apresentando vendas líquidas de R\$101,6 bilhões.

Em outubro, a estrutura de vencimento da dívida mobiliária em mercado era a seguinte: R\$280 milhões, 0,01% do total, com vencimento em 2015; R\$462,9 bilhões, 18,49% do total, com vencimento em 2016; e R\$2.040,8 bilhões, 81,50% do total, vencendo a partir de janeiro de 2017.

No final de outubro a exposição total líquida nas operações de *swap* cambial alcançou R\$402,3 bilhões. O resultado dessas operações no período (diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom) foi favorável ao Banco Central em R\$19 bilhões.

III - Dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público alcançou R\$1.972,5 bilhões em outubro (34,2% do PIB), elevando-se 1,0 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A valorização cambial de 2,87% registrada no mês respondeu por elevação de R\$35,6 bilhões no estoque da DLSP.

No ano, a relação DLSP/PIB elevou-se 0,1 p.p., influenciada pela incorporação de juros (+7,4 p.p.), pelo *deficit* primário (+0,3 p.p.), pelo ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (+0,2 p.p.), pelo impacto da desvalorização cambial acumulada de 45,3% no período (-6,4 p.p.) e pelo efeito do crescimento do PIB nominal (-1,5 p.p.).

A Dívida Bruta do Governo Geral (Governo Federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) alcançou R\$3.814 bilhões em outubro (66,1% do PIB), elevando-se 0,1 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOLFISC>

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Será devidamente anotado.

Deputado Cajado, tem V. Ex^a a palavra. É pela ordem?

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É pela ordem.

Peço a V. Ex^a que dê sequência aos oradores inscritos durante o decurso do processo de votação. Portanto, eu pediria que V. Ex^a me chamassem para poder usar a palavra da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – V. Ex^a tem a palavra, porque V. Ex^a é o próximo inscrito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Sr. Presidente, o senhor vai seguir a ordem dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Vamos seguir a ordem dos inscritos enquanto estamos no processo de votação.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Sr. Presidente, antes do próximo orador que vai subir à tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Deputado José Guimarães, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Deputado Cajado, só um minutinho, por gentileza, vênia.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM - BA) – Pois não.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer ao Plenário que nós discutimos bastante as matérias que estão na Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional.

Do ponto de vista do Governo, nós estamos trabalhando e negociamos, politicamente, com todos os Líderes, inclusive com parte da Oposição, para a manutenção. Independentemente de votar contra ou a favor, sem obstrução, a posição nossa – e aqui eu me dirijo aos Líderes da Base – é para encaminhar a manutenção dos vetos. E, evidentemente, estamos dispostos a votar a LDO e o PPA, conforme seja a orientação do Presidente da sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur. Bloco/PRB - SP) – Tem a palavra o Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, Srs e Srs. Senadores, faço um esforço grande, porque estou afônico por causa da gripe de que estou a me recuperar.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, nós estamos aqui hoje para, concluindo a votação desses vetos, iniciarmos a discussão e a votação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da LOA (Lei Orçamentária Anual), com uma triste constatação: de que, apesar de todos os esforços deste Parlamento para podermos dar as condições efetivas para que o Governo Federal possa executar as suas políticas públicas, faltam ao Executivo Federal as condições adequadas para implementar essas políticas públicas, por completa falta de planejamento, por falta de organização.

Criou-se uma situação no País hoje em que nós não temos perspectivas positivas para o futuro. Temos um orçamento deficitário neste ano e, no ano que vem, idem. Que sinalização nós estamos dando para o mercado internacional? Que sinalização nós estamos dando se o próprio Governo Federal desrespeita todas as metas que se propõe a cumprir? Foi enviada uma previsão de 0,7%; agora, fala-se em diminuir para 0,5% a meta para atingir o superávit primário. Nós não podemos continuar com essa confusão, com esse bate-cabeça dos membros do Governo Federal, dos Ministros de Estado, quando nós estamos aqui a poucas horas, ou minutos, de votar essas leis tão importantes.

E não é a Câmara ou o Senado, é o Congresso Nacional, unificado em um único Poder, que irá votar essas leis. E eu digo que não adianta nós estarmos aqui aprovando essas leis, o PPA, a LDO e o Orçamento, se o Governo Federal não tem as políticas públicas nem organização e planejamento para implementá-las. Lamentavelmente eu constato isso, Sr. Presidente.

Este ano de 2015 foi um ano perdido, completamente perdido. O povo brasileiro está sofrendo na pele as consequências do desastre da gestão do Governo Federal, e o ano que vem será ainda pior.

Portanto, eu lamento que esta sessão congressual não esteja sendo como nos anos passados, com expectativa, com esperança de termos os recursos liberados e os investimentos realizados.

Chegamos ao final deste ano sem que o Governo Federal tenha liberado as emendas individuais de dois anos atrás. Foram empenhados em 2013, mas não estão sendo pagos esses recursos. As obras em andamento estão virando elefantes brancos. Os prefeitos e as prefeitas municipais que nos escutam neste momento sabem da dificuldade para poder cumprir com seus compromissos junto aos seus eleitores e aos municípios, porque, quando um Deputado ou um Senador coloca uma emenda individual para aquela cidade, o prefeito faz o projeto, licita a obra, assina um contrato com a Caixa, inicia a execução desse projeto, mas o Governo Federal não paga. Milhares, milhões de recursos estão represados através dos "restos a pagar", e os recursos deste ano também ficarão como "restos a pagar". Nós vamos ter três, quatro anos de execução orçamentária como "restos a pagar".

Portanto, é lamentável constatarmos tamanho desrespeito, tamanho descompromisso com os entes federados, Estados e Municípios brasileiros. Isto é um desrespeito, isto é um deboche: nós estamos aqui votando

uma lei importante sabendo que o Governo não levará em consideração essa importância e não respeitará a decisão que o Congresso está tomando, simplesmente empurrará com a barriga o pagamento das emendas coletivas...

(Interrupção do som.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM - BA) – Para concluir, Presidente.

Então, nós temos que fazer diferente: não apenas um esforçamento impositivo, mas fazer com que o Governo seja responsável, que possamos, efetivamente, responsabilizá-lo pelo descumprimento da lei orçamentária, do PPA e da LDO.

Essas alterações de metas... Isso é um deboche com o Congresso Nacional! Não se pode assumir em lei o compromisso de se atingir uma meta e, depois, vir com justificativas dizendo que não se conseguiu atingir por essa ou por aquela razão! O Orçamento tem que ser planejado e discutido de forma efetiva, e a sua votação tem que ser respeitada.

Portanto, lamento constatar que nós estamos aqui fazendo a nossa parte, trabalhando, compromissados com os prefeitos e governadores do País...

(Interrupção do som.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM - BA) – Concluo agora, Sr. Presidente Renan. Muito obrigado pela deferência e atenção da concessão de mais um minuto.

E quando a lei for aprovada e publicada no *Diário Oficial da União*, nós seremos cobrados, nós Parlamentares seremos cobrados porque os projetos que nós apresentarmos, os recursos que nós destinarmos não serão efetivamente liberados. A isso tem que ser dado um basta.

Vejo que a Mesa da Câmara está comprometida em avançar também nas emendas de comissões e nas emendas de bancadas para que sejam impositivas. Mas não adianta serem impositivas se não houver uma combinação de pena. O Orçamento tem que ser respeitado e, se não for, nós temos que começar a punir os gestores incompetentes, irresponsáveis e que não observam a lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Claudio Cajado, o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

Em seguida, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MORONI TORGAN (DEM - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, muitas vezes se fala que a Presidente da República não responde por crime comum. E não vai responder enquanto for Presidente da República, porque o §4º do art. 86 é muito claro: "A Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizada por atos estranhos ao exercício de suas funções".

Consequentemente, toda vez que uma investigação chegar à Procuradoria da República e bater na Presidente da República, o Procurador vai dizer que não pode ser feito porque ela não pode ser responsabilizada. Isso é bom por um lado e ruim por outro, porque nós não conseguimos saber se a Presidente da República tem culpa ou não naquela investigação. Onde não há investigação, não há resultado. Talvez todas essas investigações tenham que ser feitas depois que ela se tornar ex-Presidente da República.

Sobre o rito processual que o Supremo amanhã, teoricamente, vai debater: ele só pode debater o rito processual do art. 86, mais nada. Ele não pode acrescentar rito processual ao art. 86. Se ele acrescentar rito processual, terá de ser um Constituinte ou, no mínimo, um legislador. Ele só pode interpretar se aquilo que está no art. 86 vai ter validade ou não, se está sendo cumprido ou não.

É simples o que está no art. 86: "Admitida a acusação contra a Presidente da República por 2/3 da Câmara dos Deputados, será ela submetida a julgamento perante o Supremo, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade".

Enfim, o Supremo só poderá ver se isso está sendo aplicado. Se isso está sendo aplicado... O Supremo é um tribunal constitucional, defende a aplicação da Constituição, não pode reformar o Regimento Interno da Câmara, não pode reformar legislações, a não ser que estejam em choque com o que está aqui – não pode haver esse tipo de reforma. Se sair disso, estará extrapolando suas funções.

Portanto, tenho plena certeza de que o Supremo Tribunal Federal, com as capacidades que lá temos, vai se restringir a ver se o que está no art. 86 está sendo cumprido.

Se estiver sendo cumprido, ele vai, então, a partir daí, dizer que não haverá mais nada a fazer. Ele não tem que fazer rito processual. Rito processual quem faz é a legislação comum. E sobre legislação comum, quem legisla somos nós, não é o Judiciário.

Então, eu tenho certeza de que o Supremo não extrapolará suas condições e votará sobre o estrito cumprimento daquilo que está na Constituição – e fim, não mais do que isso.

O Supremo também é um dos poderes da República, sujeito a toda essa pressão que a opinião pública faz, porque não aguenta mais os aumentos, os desmandos, o desemprego, tudo isso que está quebrando o nosso País. Precisamos dar um fim e um basta a tudo isso. Chega!

Eu tenho certeza de que o Supremo vai se deter na Constituição, vai fazer o seu...

(Interrupção do som.)

O SR. MORONI TORGAN (DEM - CE) – E vai permitir que o Legislativo faça o seu papel. Esse é o trabalho de instituições fortes, em defesa da democracia. Elas se fortalecem, cada uma na sua atribuição, sem querer exacerbar a atribuição do outro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo. Em seguida, darei a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, infelizmente, alguns Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, vêm a esta tribuna e trabalham para interromper o mandato da Presidenta Dilma, eleita pelo povo nas últimas eleições.

Eles insistem nessa bandeira do *impeachment* e em atrapalhar o Governo da Presidenta Dilma. Mas, neste domingo próximo passado, esses Partidos, o PSDB, o Democratas e o PPS, tiveram uma grande decepção.

O PSDB chegou a reunir as suas maiores lideranças deste País, governadores, Senadores e ministros, para afinar o discurso, para decididamente levantar a bandeira do *impeachment*, apostando que iriam mobilizar a população. Foi uma grande decepção. Mobilizaram 13 vezes menos do que já mobilizaram.

Então, o povo brasileiro está observando, o povo brasileiro sabe quem está fazendo nesses últimos anos. Neste final de semana, estive no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, um Município que dá uma vez e meia o tamanho do Rio de Janeiro, na inauguração de um hospital onde o prefeito disse: vocês estão vendo essas 12 ambulâncias? Quando recebi a prefeitura só tinha uma, quebrada. Hoje temos 12, a maioria do Governo Federal. Temos 22 médicos, sendo 12 de Cuba, atuando em todas as comunidades do interior, na garupa de moto, no barro e na poeira. A população aplaude e não quer que esses médicos voltem para Cuba.

O Luz para Todos, enfim, todos esses programas que, se tiver o *impeachment*, o governo que assumir no outro dia, pós-Dilma, vai acabar com tudo. O povo brasileiro sabe que o Democratas, que o PSDB na Câmara fizeram de tudo – e também no Senado – para inviabilizar o Programa Mais Médicos e ainda tentam fazer isso. Alguém tem dúvida de que, ao assumir, no outro dia, eles mandarão esses médicos, essas médicas, todos embora? Não tenham dúvida disso.

Portanto, com essa jogada toda do PSDB, que apostou no Presidente Cunha para colocar o *impeachment*, agora chegam à conclusão de que o *impeachment* já saiu contaminado, porque saiu das mãos de um Presidente que não tem legitimidade, de um dos políticos que tem uma grande reprovação no Brasil.

E agora o PSDB, o Democratas e o PPS estão em uma encruzilhada. Eles sabem que não deu certo e eles agora tentam buscar outras formas para poder buscar o *impeachment* da Presidenta.

O povo brasileiro com certeza não aceitará esse golpe. O Supremo Tribunal Federal também não aceitará do jeito que começou a ser feito aqui nesta Câmara, tanto é que impediu aquela votação. Está impedida. E, esta semana, deve-se definir um ritual para que nós, Deputados e Senadores, possamos seguir. Aqui, nesta Câmara, neste Congresso, nem no Brasil, ninguém vai ganhar no grito. *Impeachment* não é brincadeira.

O Brasil não pode conviver com o que ele está convivendo. A maioria dos nossos políticos brasileiros, em vez de pensar no Brasil, pensa em si e no seu grupo político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, todos que acompanham esta sessão do Congresso Nacional, nós, do PSDB – sinto que também isso vale para toda

a oposição –, temos a clareza do tanto que esse Governo é ruim para o Brasil. Somos oposição a esse Governo, mas não somos oposição ao Brasil. Nós somos a favor do Brasil. E estamos nos empenhando, na Comissão Mista do Orçamento, para darmos ao País pelo menos uma diretriz, um caminho a ser seguido, porque esse Governo já está perdido há muito tempo, e o sofrimento, o preço, quem paga por esse desgoverno é o povo brasileiro.

Então, é importante que tenhamos, sim, votação do PPA na sequência da análise desses vetos. É importante que amanhã possamos votar a LDO e o Orçamento. Eu digo amanhã porque nós não vamos simplesmente aceitar uma redução de metas sem debater isso, sem analisar e sem verificar também que o Orçamento esteja preparado para vir a este plenário.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, em que pese todo o nosso esforço em defesa do Brasil, existe algo que é insustentável. Primeiro, a constatação inegável de que o País, não só pela incompetência da Presidente Dilma, mas pela convivência dela com o crime, está mergulhado no crime, na lama, não só da tragédia lá da minha querida Minas Gerais. A lama tomou conta deste Governo do PT, e isso se comprova não só na Operação Lava Jato, se comprova em atitudes de desespero.

Eu vejo que vem aqui a esta tribuna alguns Deputados da Base do Governo tentar insistir que a proposta de *impeachment*, que o pedido de *impeachment* seria um golpe. Olhe que o mesmo PT, que pediu o *impeachment* de Itamar Franco, de Fernando Henrique Cardoso, agora, com toda a comprovação, farta comprovação de crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma, já definido pelo Tribunal de Contas, por unanimidade, com toda a documentação que comprova que o que chamam de pedalada é apropriação indébita, é tomar o dinheiro do BNDES, e não é para pagar Bolsa Família não. BNDES não paga Bolsa Família não! Dinheiro do Banco do Brasil também não paga Bolsa Família! Dinheiro do FGTS, mais de R\$50 bilhões, quase R\$60 bilhões retirados de bancos públicos, sem autorização do Congresso, num flagrante atentado à Constituição brasileira e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não bastasse tudo isso, eu tenho aqui mais uma denúncia gravíssima. Eu tenho aqui, Sras e Srs. Parlamentares, uma denúncia que acabo de receber, está nas redes sociais, aqui está falando o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, o Vice-Prefeito em exercício de Belo Horizonte. Ele, aqui neste vídeo feito hoje, declara para o Brasil inteiro que ele testemunhou, que recebeu a informação de algo gravíssimo: que o Sr. Aloizio Mercadante, Ministro da Educação do Brasil, tendo sido procurado pelo Prefeito Marcio Lacerda, do PSB, o Prefeito Marcio Lacerda ao solicitar que o Ministério da Educação pagasse à Prefeitura débitos da ordem de 20 milhões relativos à construção de escolas de educação infantil, em convênios, em parcerias celebradas, respondeu prontamente... Quem diz é o Vice-Prefeito, que lá convive harmoniosamente com o Prefeito, Délia Malheiros, que estava, na semana passada, no exercício do cargo de Prefeito, e ele informa ao Brasil que o Ministro Mercadante responde: "Pago, sim, os R\$20 milhões à Prefeitura, e o senhor me garanta os votos do PSB contra o *impeachment*."

É assim que age este Governo, este Governo do crime, tentando negociar votos, tentando usar o dinheiro que é verba constitucional da educação para comprar votos. Seguramente, não encontrará quem os venda no PSB. Assim espero.

(Interrupção do som.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Para concluir, eu dizia que tenho a convicção de que homens da integridade de Marcio Lacerda e os seus pares no PSB não se prestarão a isso. Mas é um alerta para o País. É possível deixar no comando deste País alguém que pensa que governar um país como o Brasil se faz dessa forma, usando assim o dinheiro da educação? A lama que se instalou é algo com o qual eles querem se perpetuar, governando nesse mar de lama.

Olha, nós não negociamos, não vamos transigir nos princípios éticos. O PSDB é pelo afastamento de Eduardo Cunha e mantemos essa posição, não negociamos isso. Mas o *impeachment* da Presidente Dilma quem quer é todo o povo brasileiro. É o Brasil contra a Dilma, não é Eduardo Cunha, não é um partido ou outro. É o Brasil contra quem está fazendo...

(Interrupção do som.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Já concluo. O que nós defendemos é o País. O *impeachment* tem um fundamento jurídico, porque ela cometeu crime de responsabilidade. Mas tem um fundamento político, porque o País não suporta esse desgoverno e alguém que quer usar o dinheiro da educação para comprar votos e tentar se sustentar no poder sem merecer a confiança dos brasileiros.

Fora Cunha! Fora Dilma! Fora a corrupção neste País.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, só uma informação.

O Deputado acabou de falar sobre uma notícia das redes sociais. Essa notícia já é velha, ultrapassada. Aqui o Prefeito de Belo Horizonte desmentiu essa acusação. Então, é uma irresponsabilidade vir à tribuna falar mentiras de fatos velhos, que já foram desmentidos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Eu estou recebendo aqui informações de que pode haver um acordo de procedimento para nós avançarmos na apreciação dos créditos suplementares, na votação da LDO, do PPA.

É importante que nós possamos avançar na Ordem do Dia hoje e combinarmos o horário para concluirmos...

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem!

Eu entendo a sua preocupação, e o País todo está preocupado com as questões econômicas, porque nós precisamos construir uma estabilidade econômica para o País, em um momento de crise como este. Mas foi feito um acordo na Comissão Mista de Orçamento – está aqui a Presidenta Rose, estão aqui os Relatores da Comissão de Orçamento, o Deputado Paulo Pimenta do PT está aqui também, o Deputado Domingos Sávio –, e o que é que ficou acordado? O que ficou acordado é que nós votaríamos o PPA, porque libera a votação da Lei Orçamentária amanhã, na Comissão Mista de Orçamento. Amanhã de manhã, nós votaríamos a Lei Orçamentária na Comissão Mista e votaríamos conjuntamente a LDO e a LOA, as duas. Por quê? Porque uma precisa do encaixe da outra para poder ter funcionalidade. Nem serve só a LDO, nem pode votar só a LOA.

Então, para poder, inclusive, ter que garantir a eficiência orçamentária e o prazo nosso de votação, a nossa proposta, o acordo de todos os partidos representados na Comissão Mista de Orçamento é no seguinte sentido: podemos votar os PLNs hoje e podemos votar o PPA; agora, para amanhã, LDO e LOA. Não dá para votar a LDO separada da LOA, porque pode se criar, num momento político de tanta insegurança, uma alternativa em que se vota uma e não se vota a outra, prejudicando o acordo que foi feito e prejudicando, fundamentalmente, o Brasil, que precisa de um Orçamento para o ano que vem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, foi feito um acordo prévio entre os partidos de oposição e nós até poderíamos votar a LDO. Ocorre que a Presidente da República mandou para cá uma proposta diferente da que foi aprovada na Comissão de Orçamento. Portanto, o Governo quer fazer um adendo de plenário e votar esta matéria, e nós não aceitamos.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós vamos ficar apenas nos vetos e, no máximo, até o PPA. Não vamos avançar na votação da LDO. V. Ex^a pode convocar a reunião para amanhã.

Nós estamos num momento extremamente delicado. Com essa proposta do Governo, nós não concordamos. Ela esperou o ano inteiro: esta LDO está aqui desde março – desde março! – e essa matéria não foi votada até agora.

O Governo é incompetente até para dizer o que quer! Chega agora, no limiar, no fim da Sessão Legislativa, e nós estamos aqui ainda nos debatemos com proposta do Governo que não foi votada na Comissão de Orçamento. Nós não concordamos!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria dizer ao Deputado Pauderney Avelino que nós vamos seguir literalmente o que foi combinado pelos Líderes partidários. Eu, ontem, inclusive, conversei com alguns Líderes, com o Deputado Domingos Sávio, e o que os Líderes combinaram com relação a encaminhamento é o procedimento que nós vamos adotar.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – V. Ex^a pode esclarecer, por favor?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Sr. Presidente, a primeira providência, se é para...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – O que foi acordado com os Líderes? V. Ex^a pode esclarecer para nós?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu não sei, eu acabei de....

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – O que foi acordado, Sr. Presidente?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE. Sem revisão do orador.) – Eu quero dizer que eu ainda sou Líder e não combinei nada com ninguém. Então, eu acho que é importante a gente colocar aqui, de forma muito clara e objetiva, qual é o propósito do Governo, porque essa história de adendo aqui para alterar a LDO... Já chega de tanto perdão a um Governo irresponsável, perdulário e que quebrou o Brasil. E a gente não vai passar a mão em cima de governo irresponsável, não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente!

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, é para esclarecer melhor esse acordo.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Sr. Presidente, veja bem, V. Ex^a estabeleceu o rito e os pontos que serão votados na sessão do Congresso. O que nós podemos fazer aqui, Sr. Presidente, e eu indago a V. Ex^a, é,

primeiro, haver um ritmo acelerado na conclusão dos vetos e nós vamos dialogando aqui dentro – existem uns créditos depois – para ver até que horas nós vamos. Vamos ver se a gente constrói algum entendimento, porque o Presidente da Casa marcou uma sessão extraordinária da Câmara para amanhã às 9 horas. Então, teria que se marcar uma sessão para as 14 horas. Portanto, dá para ir se construindo. Vamos agilizar os vetos e os créditos extraordinários em que há consenso por acordo, e, aí, nós vamos discutir LDO ou PPA. Topamos fazer o acordo para votar nos termos em que foi colocado aqui, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – É importante que seja dito que o acordo que está sendo construído nos vetos é exatamente no PPA. Se for para avançar na parte de LDO e de Orçamento, é importante que seja colocado, porque nós não iremos, de maneira alguma. E estou falando como Líder do Democratas no Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Perfeito. Está totalmente esclarecido.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

A votação está encerrada.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, apure os votos.

Enquanto ocorre a apuração, nós passamos à apreciação do destaque. É um único destaque.

Passa-se, agora, à apreciação dos **Subitens nºs 2.22 e 2.35**, da cédula “desaposentação”, referente ao **Veto 49, de 2015**, parcial, destacado para deliberação no painel eletrônico.

Nós temos para falar contra o veto, inscrito, o Deputado Arnaldo Faria de Sá; e a favor, o Deputado Afonso Florence. Aliás, Senador José Pimentel a favor...

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB - SP) – Presidente, abra o painel, enquanto os Deputados vão se manifestando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Não, não pode abrir não. Presidente, não pode abrir o painel não. Só abra o painel depois que eu falar. Eu não quero que se abra o painel, enquanto não houver um encaminhamento. É um direito meu. Eu vou encaminhar contra o veto. Só depois que eu encaminhar é que se vai abrir o painel. Antes disso, não vai abrir coisa nenhuma.

É brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero dizer ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que, para nós seguirmos o Regimento, V. Ex^a não precisa ficar tão bravo assim. Nós vamos, literalmente, seguir o Regimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Obrigado, Presidente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB - SP) – Sr. Presidente, solicito então, depois do nobre Deputado Arnaldo, que V. Ex^a abra o painel, para que possamos iniciar a votação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Sr. Presidente, só para esclarecer: o veto que vai ser votado não é o do Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É a desaposentação. É exatamente o veto cuja discussão foi pedida pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Entendeu, Esperidião?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR. Sem revisão do orador.) – Não. Eu gostaria de, antes de o Deputado Arnaldo Faria de Sá falar, que se observasse a orientação antes de abrir o painel.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Não. Sem dúvida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Faremos isso.

Exatamente.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas, esta, sem dúvida nenhuma, é a votação mais importante desta noite, é a votação do veto da desaposentação. Milhares e milhares de aposentados estão ansiosamente aguardando esta votação. Por que, Sr. Presidente? Porque, na reforma da Previdência de 98, acabaram com o pecúlio. O que era o pecúlio? Eram as contribuições pós-aposentadoria que poderiam ser resgatadas quando parasse de trabalhar definitivamente. Acabaram com o pecúlio, mas o trabalhador que retorna ao trabalho – e só retorna ao trabalho, porque a sua

aposentadoria é miserável –, após parar de trabalhar, quer agregar esse novo tempo à sua aposentadoria, para corrigir outra distorção da Previdência, que é o maldito fator previdenciário.

As decisões da Justiça, unanimemente, das varas previdenciárias, do juizado especial federal, na turma recursal do Tribunal Regional Federal têm sido favoráveis. Sobe ao Superior Tribunal de Justiça e mantém-se a mesma decisão favorável, mas enrola o Governo e leva a questão para o Supremo Tribunal Federal, para não permitir a possibilidade de nova aposentadoria, agregando esse novo tempo do trabalho ao aposentado.

Aí, a decisão vai para o Supremo Tribunal Federal, e o Supremo, que é tão ágil em tantas coisas, como aquela da semana passada, de suspender uma votação da Casa, interferindo no plano Legislativo, não decide essa matéria, há mais de ano parada lá no Supremo Tribunal Federal, com voto vista da Ministra Rosa Weber. Há um ano está parado o voto vista da Ministra Rosa Weber, que já tem o voto favorável do Ministro Barroso, ainda que parcial, porque não é total, só agrupa o novo tempo, não admite a nova idade. Há o voto acompanhado do Ministro Marco Aurélio, que foi favorável; o voto contrário do Ministro Teori Zavascki – e queria repetir: voto contrário do Ministro Teori Zavascki, e também do Ministro Dias Toffoli. Agora, esperamos indefinidamente o voto da Ministra Rosa Weber, que eu acreditei que pudesse ser um voto mais rápido, porque é uma Ministra que veio do TST (Tribunal Superior do Trabalho), tribunal que tem aspecto social, mas, lamentavelmente, ledo engano. Até agora não aconteceu nada.

Nesta Casa, por uma emenda do PPS, acabou, na Medida Provisória nº 667, incluída a desaposentação após cinco anos de trabalho. Lamentavelmente essa emenda foi vetada, dizendo que vão quebrar a Previdência. Quebrar a Previdência coisa nenhuma!

A Seguridade Social, no ano de 2014, teve um superávit de R\$54 bilhões, depois de ter pago R\$202 bilhões de benefícios assistenciais, LOAS, renda mensal vitalícia, Bolsa Família, Fundo de Amparo ao Trabalhador e Funrural. Portanto, essa ladainha não cabe mais. O trabalhador pagou e quer agregar esse novo tempo à sua aposentadoria, e esta Casa tem a oportunidade de dar a resposta agora, no Natal, no Ano Novo, para todos esses que aguardam desesperadamente esta condição, porque foram roubados, foram lesados por esse maldito fator previdenciário.

Agora é a oportunidade de esta Casa, na sua digital, mostrar se está a favor do trabalhador, se está contra o trabalhador por estar a favor do Governo e dos interesses dos banqueiros da Previdência privada. Vamos derrubar esse veto. É a grande expectativa para fecharmos o ano com chave de ouro e mostrar que esta Casa está sintonizada com aqueles que esperam alguma resposta de todos nós.

Lembrando, repito, que o aposentado só volta para o mercado de trabalho porque o seu benefício está minguando a cada ano. O aumento real que nós aprovamos aqui, em uma medida provisória, foi vetado, e o veto, lamentavelmente, por cerca de 30 votos, foi mantido. Mas a oportunidade é agora, é a oportunidade de mostrarmos aos aposentados e aos pensionistas que esta Casa tem sensibilidade. Todos os problemas que acontecem do lado de lá não nos importam. Aqui, esta Casa, é a Casa do Povo, e para agir como Casa do Povo, nós temos que derrubar o veto. Votar “não” ao veto é votar de acordo com o que esperam os aposentados e os pensionistas. É obrigação nossa dar essa resposta, fechar o ano com chave de ouro, depois de tantas lambanças e tanta confusão. É a oportunidade.

Vamos agora, juntos, derrubar o veto, pelos aposentados e pelos pensionistas!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence. Pode abrir? Peço à Secretaria-Geral da Mesa...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srs Parlamentares, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, todo o povo brasileiro que nos acompanha nesta importante sessão, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, acertadamente, aludiu a que essa é uma votação decisiva, e, de fato, é.

Esse veto decorreu da aprovação da MP nº 676, de que eu tive a honra de ser relator, aprovado um PLV construído por acordo no plenário da Comissão Mista e votado seu texto principal aqui, neste plenário, e no plenário do Senado.

Por acordo, nós produzimos a Lei nº 13.183, de 2015, que o povo brasileiro, com a manutenção desse voto, pode comemorar.

O famigerado fator previdenciário, aprovado no final dos anos 90, mais precisamente no ano de 1999, com vigência para o ano 2000, veio sendo combatido pelas centrais sindicais, pelos sindicatos combativos, pelos Parlamentares e pelas Parlamentares que representam os interesses do trabalho.

Nesse momento em que o País busca rigor fiscal com manutenção dos direitos, com a possibilidade de que, com equilíbrio, no futuro, retomemos as condições adequadas para continuarmos a avançar nos direitos do trabalho, o texto do PLV foi fundamental.

Para relembrar, aprovado um jabuti numa medida provisória, conseguimos o que era, sem exagero, a expectativa nacional: a derrubada do fator previdenciário com a instituição da base de cálculo do 85/95.

A Presidenta da República vetou aquela base de cálculo e editou uma medida provisória, visando a repor o 85/95 com um aperfeiçoamento que busca aproximar a aplicação desse importante direito da trabalhadora e do trabalhador: a curva de expectativa de vida da população brasileira.

Construímos um acordo até o momento em que foi possível e apresentamos o PLV aqui, neste plenário, com o 85/95, com a escadinha de dois e dois a partir de 1º de janeiro de 2018.

Por uma intervenção muito legítima, que gostaria de destacar e homenagear, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, construímos um acordo com o Governo, com a oposição, com a base aliada e aprovamos o 85/95 aplicado a partir de 31 de dezembro de 2018.

Portanto, temos um texto equilibrado, que garante os direitos dos trabalhadores, que sepulta definitivamente o fator previdenciário e que permite, com a aplicação da escadinha, com a saída dessa crise fiscal, com o equilíbrio das contas da Previdência, preservar o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras de ter a opção de, somando o tempo de contribuição com a idade, aposentar-se a partir da pontuação de 85 para as mulheres e 95 para os homens.

Portanto, mantermos o veto, além de manter o acordo, é manter a base de cálculo que foi a reivindicação histórica desse período. E teremos então oportunidade de, muito brevemente, nos debruçarmos na pauta da desaposentação ou em outras num outro ambiente fiscal.

Agora, manter o veto é garantir o direito do trabalhador e da trabalhadora e é direito do trabalhador e da trabalhadora com saúde fiscal da Previdência. Por isso, nós defendemos a manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, abra o processo de votação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO BRITTO (Bloco/PP - BA) – É importante a orientação.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB - SP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu pedi a V. Exª a orientação antes de abrir o painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem dúvida.

Eu pensei que haveria acordo. Sem acordo, nós não podemos...

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB - SP) – O PRB quer encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos pegar, então, a orientação das bancadas. Como vota o PP/PTB/PSC/PHS?

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO (Bloco/PP - SP) – O PP vota “sim”, Presidente. Agora, abre para os partidos que compõem o Bloco. Libera, libera para o Bloco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PTB vota “não”.

Como vota o PR/PSD e PROS?

A SRª GORETE PEREIRA (Bloco/PR - CE) – O PR vota “sim”, Presidente, o Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vota “sim”, Deputada Gorete.

Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O PT vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota o PSDB?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC - SP) – Sr. Presidente, no Bloco que foi liberado o PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PSC vota “não”.

Como vota o PSDB?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos o entendimento de que é preciso tratar a matéria previdenciária com a maior responsabilidade, mas essa matéria é mais um equívoco do Governo vetar.

A desaposentação é uma alternativa para se fazer justiça garantido possibilidade de receita previdenciária. É óbvio que alguém que está em condição de se aposentar ou já se aposentou parou de contribuir. Se tiver a perspectiva da desaposentadoria, se tiver capacidade de trabalho – e são muitos os aposentados que têm capacidade real de trabalho –, fazendo a desaposentadoria, é lógico que ele terá que contribuir mais para eventualmente conquistar uma aposentadoria mais adequada.

Portanto, nós somos contra esse veto, a favor dos aposentados e de uma justiça previdenciária neste País, que é algo que devemos aos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Como vota o PSB?

O SR. BEBETO (PSB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o destaque apresentado pelo Deputado tem, sem sombra de dúvida, um impacto nas contas da Previdência Social. Nós entendemos que é uma oportunidade que esse destaque oferece uma chance aos trabalhadores que estão no processo de trabalho e que querem, na sua produtiva, encerrar a aposentadoria e iniciar uma atividade.

Portanto, a desaposentação é um mecanismo, um instrumento que, sem sombra de dúvidas, aliviará a Previdência Social. Nesse sentido, o PSB entende que é oportuna a medida apresentada.

Vamos encaminhar o voto “não”.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – O PMDB vota “sim”.

Como vota o Bloco PRB/PTN/PMN/PTC/PTdoB?

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB e todos os demais partidos que compõem o Bloco entendem perfeitamente que esse instituto da desaposentação, em que pese o posicionamento contrário de muitos outros, retrata uma realidade dos aposentados que continuam contribuindo após cinco anos, para terem o direito de majorar a sua aposentadoria. É uma questão de justiça, Sr. Presidente. Ainda mais porque um dos projetos apresentados para desaposentadoria é de autoria do Deputado Cleber Verde, do PRB.

Portanto, o PRB e todos os partidos que fazem parte deste Bloco encaminham “não” a este voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Como vota o DEM?

Deputado Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me um esclarecimento: todos aqui falam em desaposentar. Desaposentar seria suspender a aposentadoria, passar a contribuir e depois se aposentar de novo.

É assim que se passa com os Parlamentares.

Eu, por exemplo, passei quatro anos fora e recebi aposentadoria. Neste momento, eu estou desaposentado, não recebo aposentadoria e contribuo para a Previdência.

Eu entendo que, uma vez sendo mantido esse voto – meu Partido vai votar contra –, nós deveríamos estudar a criação da desaposentadoria verdadeira.

O Governo deve pensar no assunto. É uma realidade, é boa para o aposentado. Essa fórmula é, no meu entendimento, muito difícil de ser atingida, embora o meu Partido, por maioria, esteja orientando o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota o PMB?

O SR. MAJOR OLÍMPIO (PMB - SP) – Sr. Presidente, o PMB libera a Bancada, tendo em vista não ter novos Deputados aglutinados ao Partido. Mas quero deixar claro e pedir a toda a Bancada e a todo o Congresso que vote “não” pelos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – O PDT vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PDT vota “sim”.

Como vota o Solidariedade?

O SR. CARLOS MANATO (SD - ES) – Sr. Presidente, os aposentados são uma das categorias que mais têm sofrido no Governo do PT e agora vem a desaposentação. Nós somos totalmente favoráveis à desaposentação. Nós vamos votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota o PCdoB?

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota o PPS?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS indica “não”, até porque o autor desse destaque... Aqui lembrando Cleber Verde, lembrando Arnaldo Faria de Sá e todos aqueles que lutam permanentemente pelos aposentados brasileiros.

O que está se propondo é que aqueles que estão trabalhando ou que tiveram qualquer redução em virtude do fator previdenciário possam ter essa oportunidade de, contribuindo durante cinco anos, pedir o recálculo da sua aposentadoria dentro do Regime Geral da Previdência Social. É isso que está se propondo, lembrando que há mais de 130 mil processos no Supremo Tribunal Federal.

Ao lado disso, Sr. Presidente, eu quero ler apenas o despacho do relator de um processo desses que estão no Supremo Tribunal Federal.

Diz o Ministro Luís Roberto Barroso:

Inexistem fundamentos legais que impeçam a renúncia da aposentadoria para requerer um novo benefício, mais vantajoso. O legislador não pode estabelecer contribuição vinculada e não oferecer qualquer benefício em troca.

São palavras do Ministro Luís Roberto Barroso, Relator do segundo caso no Supremo Tribunal Federal.

Votar “não”, derrubar esse voto é atender a milhares e milhares de aposentados e trabalhadores brasileiros, Sr. Presidente, fazer justiça. É isso que estamos pedindo, votando “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota o PV? Como vota o PV? (Pausa.)

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, discutir essa temática é, em primeiro lugar, discutir a situação do aposentado no Brasil. É o decréscimo de valor da remuneração constante, porque o sujeito que se aposenta, teoricamente, não quer voltar a trabalhar, mas no Brasil ele se vê obrigado a voltar a trabalhar.

Em segundo lugar, nós temos no Brasil uma versão dos fatos sobre a Previdência, que é superavitária. O orçamento da Seguridade Social é superavitário em mais de 50 bilhões, mas a mídia e um senso comum dizem que ele é deficitário. E essa é a razão do voto inclusive.

Em terceiro lugar, está em vigor ainda o maldito fator previdenciário, criado no Governo Fernando Henrique, mantido o voto...

(Interrupção do som.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ...pelo Presidente Lula no fator previdenciário.

Por isso, Sr. Presidente, é evidente que o cidadão comum que se aposentou quer melhorar a sua aposentadoria. Ele volta a contribuir e volta em novas condições, com novos parâmetros de idade e tempo de contribuição, inclusive para combater a desgraça do fator previdenciário.

Então, é em nome disso, infelizmente, que acreditamos que o trabalhador tem o direito de optar por essa via. E nós temos que parar de falar em ajuste fiscal permanente. E mais: esta fórmula 85/95, 95/100, não sei o que, isso é sempre coisa para o futuro. Cada governo que sobe tem que fazer uma nova reforma previdenciária neste País.

Por isso, o PSOL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota a Rede?

O SR. ALIEL MACHADO (REDE - PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós da Rede entendemos que nada mais justo do que o cidadão que já recebe uma aposentadoria deficitária, prejudicada pelo fator previdenciário, criado no Governo do PSDB, tenha condições de receber por aquilo que ele contribui. Se ele já se aposentou e contribuiu para ter direito àquela aposentadoria, ele tem que ter o direito de complementar a sua renda pela contribuição que ainda faz, trabalhando dentro do nosso País.

Portanto, nós entendemos que esse voto não é oportuno, e a Rede vai indicar o voto contrário ao voto, por entender que a Previdência Social tem que arcar com custos importantes de benefícios sociais, mas, além disso, tem que arcar com o custo daqueles que a mantêm, que são esses trabalhadores que contribuem diariamente, mensalmente, para o crescimento do nosso País e merecem uma aposentadoria justa.

Portanto, a Rede vota “não” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como vota o PSL? (Pausa.)

Como orienta o Governo? (Pausa.)

Como orienta a oposição?

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

A oposição entende que é uma questão de justiça, que é uma questão de respeito e, sobretudo, de assegurar condições melhores de vida aos aposentados a derrubada desse voto. Por isso – em linha com todos os partidos que fazem oposição e também aqui prestigiando o trabalho daqueles que lutam pelas condições de vida e de sobrevivência dos aposentados – é que a Minoria, com convicção, vai votar “não”, pela derrubada do voto e a favor dos aposentados do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Pelo Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pelo Governo. Como orienta V. Exª?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muitos Deputados que a gente escuta aqui e que começam a conversar, bilateralmente, independentemente de ser Governo ou oposição, falam: “Qual é o impacto?” Mas, em um momento como este, em que estamos discutindo a LDO, revisão ou não da meta fiscal, com o Orçamento para ser votado, como é que nós vamos, com esse discurso demagógico de defender a desaposentação – que não é desaposentação; enfiaram um monte de penduricalhos. Tem razão o Deputado Aleluia quando faz a colocação: se é para discutir desaposentação, vamos discutir, não em um voto, em uma medida provisória como essa.

Portanto, o impacto, Sr. Presidente – eu disse para alguns Deputados, inclusive do PSDB, que governam vários Estados – é de 26 bilhões. Como é que o Relator do Orçamento resolve o problema do Orçamento? Nós estamos tendo problema para fechar o Orçamento. Nós vamos tirar de onde? Do Bolsa Família? Como é que nós vamos fechar a conta em 2016, se esse voto for derrubado? Como é que o Orçamento amanhã vai ser votado? O que vai dizer o Relator Geral? Nós estávamos conversando ali, Sr. Presidente: o que fazer com a LDO e com o Orçamento? Estão tentando ainda o corta aqui, corta acolá. Quem vai pagar a conta? É a sociedade brasileira, porque esse voto mantém o equilíbrio da Previdência Social.

É por isso, meu caro Arnaldo – o Arnaldo sabe o quanto nós já negociamos o fator 85/95 –, que derrubar esse voto é um desserviço enorme à Previdência Social.

É por isso, Sr. Presidente, que o Governo faz um apelo aos Líderes da Base, e eventualmente àquele que liberou, para que nós fechemos posição pela manutenção do voto.

E o Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui citado pelo Líder do Governo.

Eu quero dizer que a oposição não é demagógica coisa nenhuma. E se a situação fiscal está ruim agora, nos anos anteriores não estava ruim, e o Presidente Lula já vetou essa matéria.

Portanto, a hora de dar a resposta é agora: o aposentado não tem culpa da crise nem do ajuste fiscal. Demagógico é quem vem falar mentira aqui!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Presidência...

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB - PE. Sem revisão do orador.) – Pelo PTdoB, Presidente, deixe-me falar.

Quem criou o fator previdenciário no Brasil – e criou de forma correta, séria, decente – foi a oposição. Se não tivesse criado – está aí o ex-ministro da Previdência –, o rombo da Previdência hoje seria perto de 300 bilhões.

Eu fico indignado quando eu vejo a oposição vir a esta tribuna para fazer demagogia barata, para fazer um ataque aos cofres públicos e dizer que é a favor do aposentado. A favor do aposentado sou eu, que estou protegendo aqui o salário dele para não quebrar a Previdência!

O meu Partido encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Presidência solicita às Sras e aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para darmos início ao processo de votação no painel eletrônico.

As Sras e os Srs. Deputados já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em relação à cédula, eu queria comunicar ao Plenário que todos os vetos foram mantidos.

O resultado detalhado já está publicado no Portal do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Em seguida, Presidente, qual vai ser o próximo item?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Qual será o próximo item? Depois, é o único destaque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos votar os créditos. Os créditos votaremos por acordo e, em seguida, nós vamos, como sugerido, apreciar os outros itens. Nós já determinamos à Secretaria-Geral da Mesa a publicação. Já estão publicados no Portal do Congresso Nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – O detalhe de quem votou só no site, só pesquisando o site. Aqui no painel, é impossível disponibilizar essa informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já se encontra sobre a mesa o requerimento para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar o comércio de armas em nosso País. Essa comissão parlamentar mista de inquérito foi proposta aqui, na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Raul Jungmann e proposto lá, no Senado, por mim e por V. Ex^a. Já consta o número de assinaturas regimentais.

Solicito a V. Ex^a, nesta sessão do Congresso Nacional, que proceda à devida leitura do requerimento dessa CPMI para que os líderes possam fazer a indicação de seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Apenas para reforçar o pedido feito pelo Senador Randolfe e do qual V. Ex^a foi o primeiro signatário, exatamente para que possamos instalar essa comissão parlamentar mista de inquérito a fim de apurar os custos sociais, econômicos e humanos das mortes por armas de fogo, o contrabando nas fronteiras, a questão da regulação e da fiscalização, de como é que hoje nós temos condições de fiscalizar esse vetor da criminalidade, que tantos problemas traz em termos humanitários, de saúde, de recursos públicos, enfim, de tudo o mais que levou, só no ano de 2014, a que 70% dos 58 mil homicídios fossem praticados por arma de fogo.

É um pedido que nós fazemos aqui: que V. Ex^a proceda à leitura para que nós possamos dar início a essa comissão mista.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quero comunicar, especialmente ao Deputado Raul Jungmann e ao Senador Randolfe Rodrigues, que hoje nós faremos a leitura do requerimento que propõe, que requer, melhor dizendo, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as causas, as consequências e os custos sociais e econômicos das mortes e lesões por arma de fogo no Brasil.

As assinaturas já estão devidamente conferidas.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) – Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Pompeo de Mattos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero tomar a liberdade de agradecer a V. Ex^a e dizer que, em que pese à posição respeitosa do meu Líder, tenho uma posição muito clara sobre essa questão da desaposentação. Até porque vivo a realidade desse drama de brasileiros e brasileiras que trabalham, que pagam a sua contribuição de INSS e depois se aposentam, Presidente, com valores irrisórios. Consequentemente, voltam a trabalhar e voltam a contribuir. A contribuição que estão dando novamente para o INSS não serve para absolutamente nada! E vou dar provas do que estou dizendo.

Um cidadão – não vou declinar o nome – que trabalha na Prefeitura de Porto Alegre, aposentado, com uma aposentadoria pequena, voltou e está em um cargo de confiança, em um CC. Ficou doente, vítima de um acidente. O que aconteceu, Presidente? Ele ficou 15 dias licenciado por conta de sua saúde e deveria ir para o INSS. Como o INSS não pode pagar a aposentadoria e a pensão, ele paga o INSS, mas não tem direito à pensão, não tem direito ao salário, ao auxílio-doença. Consequentemente, tem de ir doente bater o ponto. É uma coisa inusitada, inédita! Eu diria que chega a ser criminoso o que está acontecendo.

Então, Presidente, a desaposentação deve vir para corrigir essa distorção. Se eu contribuí por 35 anos e mereci a aposentadoria, voltei a trabalhar e voltei a contribuir, essa contribuição deve, em um determinado momento, ser somada para a minha reposentadoria ou para a reavaliação da aposentadoria, para a chamada desaposentação.

(Interrupção do som.)

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) – Concluo, Presidente.

Há uma distorção muito grande nessa questão. Compreendo, sim, a dificuldade econômica do Governo, a dificuldade econômica do País, mas há que se compreender a dificuldade econômica do cidadão aposentado que voltou a trabalhar – e voltando a trabalhar voltou a contribuir – mas não tem direito a absolutamente nada, nem a auxílio-doença, quanto mais a reforçar a sua aposentadoria por conta do que contribui!

Por isso, Sr. Presidente, é que eu voto “não” ao veto.

Muito obrigado.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós entendemos que estamos no avançado da noite – já são mais de 22h. Nós estamos votando cinco vetos, e tínhamos acordo para votar o PPA.

Já disse antes que a questão da LDO está sob observação por conta do adendo.

Então, eu solicito a V. Ex^a que, encerrada esta votação, traga a preferência para o PPA, para que possamos votar o PPA – e ainda teremos alguns destaques –, ou que, então, transfira também esta votação para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso.

O que está proposto – e eu acho que, do ponto de vista da produção legislativa, será o melhor a ser encaminhado – é nós votarmos esse destaque, liberarmos a pauta, votarmos os créditos suplementares...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Mas não há acordo para votarmos crédito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Disseram que havia.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Não há acordo para votar crédito.

Não foi feito acordo para votar créditos. Sugiro a V. Ex^a, já que os créditos teriam que ser votados antes do PPA, e não foi feito acordo para votar créditos, vamos avaliar esses créditos amanhã, pela manhã, para que possamos fazer um acordo para votação.

Portanto, nem a preferência, se V. Ex^a quiser fazer a preferência, para o PPA...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pauderney, se nós fizermos um acordo de procedimento...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Sr. Presidente, uma sugestão. Estamos dialogando e vou conversar com o Pauderney. Enquanto V. Ex^a vai encerrando a votação desse item, vou conversando com ele na busca de um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Queríamos prorrogar a sessão, de ofício, pelo tempo suficiente para concluirmos a Ordem do Dia.

Quero comunicar aos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que convocaremos o Congresso para amanhã às 11h da manhã e para quinta-feira também às 11h da manhã.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Mas há sessão da Câmara às 9h, extraordinária. É melhor às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Combinamos com o Presidente da Câmara. Só posso convocar quando combino com o Presidente da Câmara, porque as sessões...

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Sr. Presidente, vamos votar a LOA amanhã de manhã na Comissão de Orçamento. É mais prudente, em vez de 11h, meio-dia, para poder dar tempo de votarmos a LOA, porque a LOA não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Meio-dia, e, na quinta-feira, 11h.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Jungmann.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Ficou para quinta-feira, às 11h, Presidente? Presidente Renan, quinta-feira, às 11h?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ficou para 11h.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quinta-feira.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Às 10h. É isso que V. Ex^a está querendo propor? Então, 10h.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB - RS) – Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Podem falar.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, gostaria de dizer que essa votação é importante, essa que estamos terminando agora sobre a desaposentadoria. E vou votar não, por quê? O que é necessário os governantes fazerem, permita-me dizer, é como o Governador José Ivo Sartori fez no Rio Grande do Sul: terminou com dez secretarias, cortou gastos em comissão, cortou viagens, economizou o máximo possível. É isso que precisa ser feito pela União.

Temos que poupar onde dá parar de prejudicar os aposentados. Chegou a hora de fazer justiça com os aposentados.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB - RS) – Presidente Renan, com V. Ex^a, na condução hoje dos trabalhos, não tenho dúvida nenhuma de que essa votação vai fazer justiça com os aposentados.

O meu voto é “não”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Ex^a um pouquinho de paciência, porque V. Ex^a sabe melhor do que eu que, para derrubar o voto, são necessários 257 votos. Não temos nem 300 votos no painel. Portanto, é uma situação bastante difícil atingir o nosso objetivo.

Pediria a V. Ex^a que pelo menos desse oportunidade de chegar a 300 votos, para que tivéssemos alguma expectativa de que esse voto pudesse ser derrubado,...

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – ... o sonho de vários aposentados. Mais de 150 mil têm ações, e um número equivalente a esse aguarda decisões para poder decidir. Mais de 300 mil brasileiros estão na expectativa de uma decisão. Está querendo votar contra, logicamente.

Essa é uma importante observação.

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Precisamos dar um pouquinho de tempo, dar oportunidade de passarmos dos 300.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE) – Obrigado, Presidente.

Eu queria lhe fazer um pedido de informação, digamos assim. Nos últimos dias, Presidente, têm circulando muitas notícias a respeito do recesso, se vamos ter, se não vamos ter recesso, se ele vai ser curto, se ele vai ser longo. E eu sei que é preciso que os Presidentes das duas Casas convirjam e que as Casas também sejam consultadas, mas, como V. Ex^a é um democrata e nós estamos em uma reunião de Congresso, eu perguntaria se V. Ex^a já tem alguma opinião, algum juízo formado a respeito do recesso que poderia aqui nos dar.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, antes...

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE) – Se o senhor tiver, eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É que a prudência recomenda que nós aguardemos a decisão do Supremo Tribunal Federal de amanhã, para que a gente possa reunir todos e decidir o que nós vamos fazer nesse período.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu peço a V. Ex^a...

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS - PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – ... um minuto apenas para que V. Ex^a possa, em primeiro lugar... Presidente, Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse se amanhã está mantida a reunião ao meio-dia ou se ficou para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, meio-dia amanhã, e 10h na quinta-feira.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Amanhã, e 10h na quinta-feira.

E outra coisa, Sr. Presidente, já são 10h20 da noite, e já percebemos que o plenário já está esvaziado. Infelizmente, os Deputados parecem que estão indo embora com aquela tese de que não iríamos votar mais nada hoje. Portanto, acho que V. Ex^a poderia encerrar essa votação e nós entrarmos no PPA.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/PMDB - MA. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós, Parlamentares, estamos sendo pagos para trabalhar. Há apenas duas horas que nós estamos votando aqui nesse processo. O Pauderney está querendo ir para casa, ele vai.

Agora, vou pedir a sensibilidade do Pauderney. Nós temos que ter responsabilidade. Vamos ter Olimpíadas ano que vem.

Há um PLN aí que libera recursos para a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, para fazer a segurança pública das Olimpíadas, e está aí esperando. Não tem... Você quer fazer obstrução, faça, porque nem seu Partido está a favor de fazer essa obstrução, porque o César Maia lá do Rio de Janeiro quer que esse dinheiro vá...

(Soa a campainha.)

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/PMDB - MA) – ... para o Rio de Janeiro.

Então, por favor, vamos trabalhar! Vamos até meia-noite! Qual é o problema? Vamos até meia-noite, Sr. Presidente!

Quem quiser ir embora que vá. E o Brasil está atento a nós. É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Deputado Hildo Rocha, V. Ex^a tem que pedir para os Deputados do seu Partido virem votar, porque eu estou aqui votando. O que estamos vendo aí é que os Deputados se ausentaram.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) – Sr. Presidente, há um acordo para se votar o PPA por consenso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

RESULTADO DA VOTAÇÃO DOS SUBITENS 2.022 A 2.035 DA CÉDULA DESTACADOS PARA DELIBERAÇÃO NO PAINEL ELETRÔNICO

Congresso Nacional Secretaria Geral da Mesa Lista de Votantes por UF Câmara dos Deputados

55a. LEGISLATURA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA CONJUNTA N° 031 - 15/12/2015

Abertura da sessão: 15/12/2015 20:32

Encerramento da sessão:

Proposição: VETO PARCIAL - N° 49 DE 2015 - "DESAPOSENTAÇÃO" - Nominal Eletrônica

Início da votação: 15/12/2015 22:05

Encerramento da votação: 15/12/2015 22:21

Presidiram a Votação:

Renan Calheiros

**Resultado da votação – VETO MANTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
DEIXA DE SER APRECIADO NO SENADO FEDERAL.**

Sim: 104

Não: 181

Abstenção: 3

Total da Votação: 288

Total Quorum: 288

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB /AL

Presidiram a Sessão:

Beto Mansur - 20:33

Renan Calheiros - 21:08

Orientação

PpPtbPscPhs:	Liberado
PrPsdPros:	Sim
PmdbPen:	Sim
PT:	Sim

PSDB:	Não
PSB:	Não
PrbPtnPmnPtcPtdoB:	Não
DEM:	Não
PMB:	Liberado
PDT:	Sim
Solidaried:	Não
PCdoB:	Sim
PPS:	Não
PSOL:	Não
REDE:	Não
Minoria:	Não
GOV.:	Sim

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Carlos Andrade	PHS	PpPtbPscPhs	Sim
Maria Helena	PSB		Não
Total Roraima: 2			
Amapá (AP)			
André Abdon	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPen	Não
Jozi Araújo	PTB	PpPtbPscPhs	Sim
Marcos Reatogui	PSC	PpPtbPscPhs	Não
Professora Marcivania	PT		Sim
Total Amapá: 5			
Pará (PA)			
Arnaldo Jordy	PPS		Não
Beto Faro	PT		Sim
Beto Salame	PROS	PrPsdPros	Sim
Delegado Éder Mauro	PSD	PrPsdPros	Não
Edmilson Rodrigues	PSOL		Não
Francisco Chapadinha	PSD	PrPsdPros	Sim
Hélio Leite	DEM		Não
Joaquim Passarinho	PSD	PrPsdPros	Não
Júlia Marinho	PSC	PpPtbPscPhs	Não
Nilson Pinto	PSDB		Não
Simone Morgado	PMDB	PmdbPen	Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Total Pará: 12			

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Amazonas (AM)			
Conceição Sampaio	PP	PpPtbPscPhs	Não
Hissa Abrahão	PPS		Não
Marcos Rotta	PMDB	PmdbPen	Não
Pauderney Avelino	DEM		Não
Total Amazonas: 4			
Rondonia (RO)			
Lindomar Garçon	PMDB	PmdbPen	Sim
Lucio Mosquini	PMDB	PmdbPen	Sim
Marinha Raupp	PMDB	PmdbPen	Sim
Nilton Capixaba	PTB	PpPtbPscPhs	Não
Total Rondonia: 4			
Acre (AC)			
Alan Rick	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Angelim	PT		Sim
Flaviano Melo	PMDB	PmdbPen	Não
Leo de Brito	PT		Sim
Rocha	PSDB		Não
Sibá Machado	PT		Sim
Total Acre: 6			
Tocantins (TO)			
Carlos Henrique Gaguim	PMB		Sim
Dulce Miranda	PMDB	PmdbPen	Não
Josi Nunes	PMDB	PmdbPen	Não
Lázaro Botelho	PP	PpPtbPscPhs	Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Não
Total Tocantins: 5			
Maranhão (MA)			
Alberto Filho	PMDB	PmdbPen	Sim
Cleber Verde	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Eliziane Gama	REDE		Não
Hildo Rocha	PMDB	PmdbPen	Sim
João Castelo	PSDB		Não
José Reinaldo	PSB		Não
Rubens Pereira Júnior	PCdoB		Sim
Victor Mendes	PMB		Não
Zé Carlos	PT		Sim
Total Maranhão: 9			
Ceará (CE)			
Ariosto Holanda	PROS	PrPsdPros	Sim

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Arnon Bezerra	PTB	PpPtbPscPhs	Sim
Chico Lopes	PCdoB		Sim
Danilo Forte	PSB		Não
Gorete Pereira	PR	PrPsdPros	Não
José Airton Cirilo	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
Luizianne Lins	PT		Sim
Odorico Monteiro	PT		Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Não
Vicente Arruda	PROS	PrPsdPros	Sim

Total Ceará: 11**Piauí (PI)**

Assis Carvalho	PT	Sim
Átila Lira	PSB	Não
Flavio Nogueira	PDT	Sim
Heráclito Fortes	PSB	Não
Júlio Cesar	PSD	PrPsdPros
Mainha	Solidaried	Sim
Paes Landim	PTB	PpPtbPscPhs

Total Piauí: 7**Rio Grande do Norte (RN)**

Felipe Maia	DEM	Não
-------------	-----	-----

Total Rio Grande do Norte: 1**Paraíba (PB)**

Benjamin Maranhão	Solidaried	Não
Efraim Filho	DEM	Não
Luiz Couto	PT	Sim
Manoel Junior	PMDB	PmdbPen
Marcondes Gadelha	PSC	PpPtbPscPhs
Rômulo Gouveia	PSD	PrPsdPros

Total Paraíba: 6**Pernambuco (PE)**

Bruno Araújo	PSDB	Não
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	Sim
Daniel Coelho	PSDB	Não
Fernando Coelho Filho	PSB	Não
Gonzaga Patriota	PSB	Não
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPen
Jorge Côrte Real	PTB	PpPtbPscPhs
Kaio Manicoba	PHS	PpPtbPscPhs

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Luciana Santos	PCdoB		Sim
Raul Jungmann	PPS		Não
Ricardo Teobaldo	PMB		Sim
Silvio Costa	PTdoB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Sim
Tadeu Alencar	PSB		Não
Zeca Cavalcanti	PTB	PpPtbPscPhs	Sim

Total Pernambuco: 14

Alagoas (AL)

Arthur Lira	PP	PpPtbPscPhs	Sim
Cícero Almeida	PSD	PrPsdPros	Não
Givaldo Carimbão	PROS	PrPsdPros	Sim
Marx Beltrão	PMDB	PmdbPen	Não
Paulão	PT		Sim
Pedro Vilela	PSDB		Não
Ronaldo Lessa	PDT		Não

Total Alagoas: 7

Sergipe (SE)

Adelson Barreto	PTB	PpPtbPscPhs	Não
Fábio Mitidieri	PSD	PrPsdPros	Não
João Daniel	PT		Sim
Valadares Filho	PSB		Não

Total Sergipe: 4

Bahia (BA)

Afonso Florence	PT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Antonio Brito	PTB	PpPtbPscPhs	Não
Antonio Imbassahy	PSDB		Não
Bacelar	PTN	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Sim
Bebeto	PSB		Não
Benito Gama	PTB	PpPtbPscPhs	Não
Caetano	PT		Sim
Claudio Cajado	DEM		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Sim
Davidson Magalhães	PCdoB		Sim
João Gualberto	PSDB		Não
Jorge Solla	PT		Sim
José Carlos Aleluia	DEM		Não
José Carlos Araújo	PSD	PrPsdPros	Sim
José Nunes	PSD	PrPsdPros	Sim
Jutahy Junior	PSDB		Não

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Márcio Marinho	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Moema Gramacho	PT		Sim
Paulo Azi	DEM		Não
Paulo Magalhães	PSD	PrPsdPros	Sim
Roberto Britto	PP	PpPtbPscPhs	Sim
Ronaldo Carletto	PP	PpPtbPscPhs	Sim
Uldurico Junior	PTC	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Waldenor Pereira	PT		Sim

Total Bahia: 25

Minas Gerais (MG)

Adelmo Carneiro Leão	PT		Sim
Ademir Camilo	PROS	PrPsdPros	Não
Brunny	PMB		Não
Caio Narcio	PSDB		Não
Dâmina Pereira	PMB		Não
Domingos Sávio	PSDB		Não
Gabriel Guimarães	PT		Sim
Jaime Martins	PSD	PrPsdPros	Não
Jô Moraes	PCdoB		Sim
Laudívio Carvalho	PMDB	PmdbPen	Não
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPen	Abstenção
Luis Tibé	PTdoB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Sim
Marcelo Álvaro Antônio	PMB		Sim
Marcelo Aro	PHS	PpPtbPscPhs	Sim
Marcus Pestana	PSDB		Não
Odelmo Leão	PP	PpPtbPscPhs	Não
Padre João	PT		Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Não
Raquel Muniz	PSC	PpPtbPscPhs	Não
Reginaldo Lopes	PT		Não
Subtenente Gonzaga	PDT		Não
Tenente Lúcio	PSB		Não
Toninho Pinheiro	PP	PpPtbPscPhs	Sim
Wadson Ribeiro	PCdoB		Sim
Weliton Prado	PMB		Não
Zé Silva	Solidaried		Não

Total Minas Gerais: 27

Espírito Santo (ES)

Carlos Manato	Solidaried	Não
---------------	------------	-----

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Dr. Jorge Silva	PROS	PrPsdPros	Não
Evair de Melo	PV		Não
Givaldo Vieira	PT		Sim
Helder Salomão	PT		Sim
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPen	Não
Max Filho	PSDB		Não
Sergio Vidigal	PDT		Não

Total Espírito Santo: 8

Rio de Janeiro (RJ)

Alessandro Molon	REDE		Não
Alexandre Valle	PMB		Não
Benedita da Silva	PT		Sim
Cabo Daciolo	S.Part.		Não
Chico Alencar	PSOL		Não
Glauber Braga	PSOL		Não
Hugo Leal	PROS	PrPsdPros	Sim
Jair Bolsonaro	PP	PpPtbPscPhs	Não
Jandira Feghali	PCdoB		Sim
Jean Wyllys	PSOL		Não
Laura Carneiro	PMDB	PmdbPen	Não
Luiz Carlos Ramos	PMB		Não
Luiz Sérgio	PT		Sim
Marcelo Matos	PDT		Não
Miro Teixeira	REDE		Não
Otavio Leite	PSDB		Não
Rosangela Gomes	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Simão Sessim	PP	PpPtbPscPhs	Não
Soraya Santos	PMDB	PmdbPen	Não
Sóstenes Cavalcante	PSD	PrPsdPros	Não
Washington Reis	PMDB	PmdbPen	Sim
Wilson Beserra	PMDB	PmdbPen	Sim
Zé Augusto Nalin	PMDB	PmdbPen	Sim

Total Rio de Janeiro: 23

São Paulo (SP)

Ana Perugini	PT	Abstenção
Andres Sanchez	PT	Sim
Arlindo Chinaglia	PT	Sim
Arnaldo Faria de Sá	PTB	PpPtbPscPhs
Baleia Rossi	PMDB	PmdbPen
Beto Mansur	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Bruna Furlan	PSDB		Não
Bruno Covas	PSDB		Não
Carlos Zarattini	PT		Sim
Celso Russomanno	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Dr. Sinval Malheiros	PMB		Não
Edinho Araújo	PMDB	PmdbPen	Não
Eduardo Bolsonaro	PSC	PpPtbPscPhs	Não
Eduardo Cury	PSDB		Não
Fausto Pinato	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Flavinho	PSB		Não
Goulart	PSD	PrPsdPros	Não
Herculano Passos	PSD	PrPsdPros	Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Jefferson Campos	PSD	PrPsdPros	Não
João Paulo Papa	PSDB		Não
José Mentor	PT		Sim
Keiko Ota	PSB		Não
Luiz Lauro Filho	PSB		Não
Luiza Erundina	PSB		Sim
Major Olímpio	PMB		Não
Mara Gabrilli	PSDB		Não
Miguel Haddad	PSDB		Não
Nelson Marquezelli	PTB	PpPtbPscPhs	Não
Nilto Tatto	PT		Sim
Orlando Silva	PCdoB		Sim
Pr. Marco Feliciano	PSC	PpPtbPscPhs	Não
Renata Abreu	PTN	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Roberto Alves	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Samuel Moreira	PSDB		Abstenção
Sérgio Reis	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Tiririca	PR	PrPsdPros	Sim
Valmir Prascidelli	PT		Sim
Vicentinho	PT		Não
Vinicius Carvalho	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Vitor Lippi	PSDB		Não

Total São Paulo: 41

Mato Grosso (MT)

Adilton Sachetti	PSB		Não
Fabio Garcia	PSB		Não
Professor Victório Galli	PSC	PpPtbPscPhs	Não

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Total Mato Grosso: 3			

Distrito Federal (DF)

Alberto Fraga	DEM		Não
Augusto Carvalho	Solidaried		Não
Erika Kokay	PT		Sim
Izalci	PSDB		Não
Rogério Rosso	PSD	PrPsdPros	Sim
Ronaldo Fonseca	PROS	PrPsdPros	Não
Roney Nemer	PMDB	PmdbPen	Não

Total Distrito Federal: 7**Goiás (GO)**

Célio Silveira	PSDB		Não
Giuseppe Vecci	PSDB		Não
Heuler Cruvinel	PSD	PrPsdPros	Não
Marcos Abrão	PPS		Não
Sandes Júnior	PP	PpPtbPscPhs	Não

Total Goiás: 5**Mato Grosso do Sul (MS)**

Geraldo Resende	PMDB	PmdbPen	Não
Mandetta	DEM		Não
Tereza Cristina	PSB		Não
Vander Loubet	PT		Não
Zeca do Pt	PT		Sim

Total Mato Grosso do Sul: 5**Paraná (PR)**

Alfredo Kaefer	PSDB		Não
Aiel Machado	REDE		Não
Christiane de Souza Yared	PTN	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Diego Garcia	PHS	PpPtbPscPhs	Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPtbPscPhs	Não
Edmar Arruda	PSC	PpPtbPscPhs	Não
Enio Verri	PT		Sim
João Arruda	PMDB	PmdbPen	Sim
Leandre	PV		Não
Leopoldo Meyer	PSB		Não
Marcelo Belinati	PP	PpPtbPscPhs	Não
Nelson Meurer	PP	PpPtbPscPhs	Sim
Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPen	Não
Ricardo Barros	PP	PpPtbPscPhs	Sim
Rubens Bueno	PPS		Não

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Sandro Alex	PPS		Não
Takayama	PSC	PpPtbPscPhs	Não
Toninho Wandscheer	PMB		Não
Zeca Dirceu	PT		Sim

Total Paraná: 19

Santa Catarina (SC)

Carmen Zanotto	PPS		Não
Décio Lima	PT		Sim
Esperidião Amin	PP	PpPtbPscPhs	Não
Geovania de Sá	PSDB		Não
João Rodrigues	PSD	PrPsdPros	Não
Mauro Mariani	PMDB	PmdbPen	Não
Pedro Uczai	PT		Sim
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPen	Não

Total Santa Catarina: 8

Rio Grande do Sul (RS)

Afonso Hamm	PP	PpPtbPscPhs	Não
Afonso Motta	PDT		Sim
Alceu Moreira	PMDB	PmdbPen	Não
Bohn Gass	PT		Sim
Carlos Gomes	PRB	PrbPtnPmnPtcPtdoB	Não
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	PrPsdPros	Não
Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPen	Não
Heitor Schuch	PSB		Não
Jerônimo Goergen	PP	PpPtbPscPhs	Não
José Fogaça	PMDB	PmdbPen	Não
Jose Stédile	PSB		Não
Luis Carlos Heinze	PP	PpPtbPscPhs	Não
Marcon	PT		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim
Mauro Pereira	PMDB	PmdbPen	Não
Osmar Terra	PMDB	PmdbPen	Não
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pepe Vargas	PT		Sim
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Renato Molling	PP	PpPtbPscPhs	Sim

Total Rio Grande do Sul: 20

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 104, e NÃO, 181.

Tivemos três abstenções.

Está mantido o voto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Lamento; os ausentes são os responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E como consequência não vai à votação no Senado Federal.

O SR. DANILÓ FORTE (PSB - CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Art. 85 do Regimento da Câmara.

Para facilitar a demanda que já está aqui colocada, existe quase um consenso aqui no plenário já de que a gente deveria inverter a ordem e votar logo o PPA. E o art. 85 da Câmara, contendo o consenso de todos os Líderes, a gente pode votar o PPA primeiro e os PLNs posteriormente. Isso agiliza na produção e na resolução do problema, inclusive nos libera para votar a LOA amanhã de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não havendo objeção da Casa, nós vamos fazer a inversão da pauta, como proposta pelo Deputado Danilo Fortes.

As Senadoras e Senadores que concordam com a inversão permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Acordado, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – V. Ex^a tem que pedir o acordo na Câmara também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Aprovado.

E os Deputados e Deputadas que concordam com a inversão permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado também, na Câmara dos Deputados.

Item 30:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2015

Discussão em turno único do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015, que *institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019*.

Parecer nº 110 de 2015-CN, que conclui pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta.

Ao projeto foram apresentadas 1,128 mil emendas.

A Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 110, de 2015, que teve como relator o Deputado Zeca Dirceu, concluiu pela apresentação de substitutivo que consolida as alterações decorrentes da votação da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Zeca Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Deputado Zeca Dirceu, com a palavra V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Como há acordo, nós não precisamos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Há acordo, vamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – V. Ex^a tem que nomear um relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, não precisa. O relatório já está escrito e publicado.

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Presidente, mas no Plano Plurianual é necessária a discussão. Mesmo que todo mundo abra mão, eu gostaria de me manifestar.

O SR. FABIO GARCIA (PSB - MT) – O Zeca chegou. Pronto, está aí o Zeca.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Chegou o Zeca, Presidente.

Zeca, seja breve.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Deputado Edmilson. Em seguida, darei a palavra ao Relator.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Quantos minutos eu tenho, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Ex^a tem os minutos do bom senso, para nós concluirmos a votação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.) – Eu queria dizer até que vamos votar. Eu vou falar pouco, Presidente. Mas é importante manifestar uma opinião que é minoritária hoje neste Parlamento. Mas o Brasil vai mudar.

O Brasil tem que ser passado a limpo. E a borrachada mais importante da História do Brasil será quando a pretensa oposição deixar de concordar com o Levy, o potencial Ministro do Aécio, e disser para a Dilma – e aí vira oposição: “Não podemos submeter o Brasil e a sua soberania! Não podemos aprofundar as desigualdades socioespaciais! Não podemos destruir programas sociais que se consolidaram como direitos! Não podemos cortar recursos da saúde, da educação! Não é admissível que o Patrus Ananias tenha noventa e poucos por cento dos recursos da reforma agrária cortados! Não é possível, mesmo!”

Com tristeza de saber que o Olívio saiu há tempos do Ministério das Cidades e foi entregue ao PP, mesmo não concordando com a orientação do Ministro. Mas é triste um corte de mais de 54% inicialmente. E tudo isso sabe por quê? Porque todo mundo fica falando em pedalada fiscal.

Não se pode tirar dinheiro dos banqueiros! Mas ninguém critica a pedalada social, quando, por exemplo, hoje, na CMO, eu falei que nem que votasse sozinho não abriria mão de criticar o corte de um terço dos recursos para a assistência social, um terço do programa Bolsa Família.

“Ah, eu sou contra a violência!” O que farão as mães, principalmente as solteiras, com cinco, sete, dez filhos, em uma favela, em um morro ou em uma palafita, sem emprego? O que fará quando não tiver sequer esses cento e poucos reais para dizer ao filho, olhando no olho: “Não vai para a rua, porque pelo menos a família com ovo, tu vais ter para comer.”

Quando gritar de fome e for para a rua é inevitável que transformem em avião do narcotráfico, que pega em arma, que vá assaltar. O aumento da violência tem razões sociais.

E por que eu estou falando, parabenizando o Zeca Dirceu? Foi o único Relator que aceitou incluir no plano a necessidade de auditoria da dívida. Sabe por quê? Este ano, 47% foram destinados a juros e amortização da dívida. No ano que vem, é a mesma – desculpem-me – sacanagem contra o povo.

Onde está a oposição? Está aqui, PSOL e outros Deputados e Senadores de outros partidos, mas é necessário fazer oposição. Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O Deputado vai ficar aí falando alguns impropérios, atacando a oposição?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Respeite!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Que ele primeiro lembre que é a Presidente Dilma...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Respeite, Domingos! Eu não estou na tribuna!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... que ele defende aqui todo dia...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Você abriu mão de debater!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – ... que está levando o País à falência. Quem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Relator da matéria. Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos os Congressistas aqui presentes, a pedido de muitos aqui, eu quero ser bastante breve, mas tecer, sim, alguns comentários...

(Soa a campainha.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Presidente, eu me inscrevi para falar. Eu tenho tempo regimental para falar. Se o PSDB abriu mão, é porque quis, porque, conforme a minha tese, concordo com essa política neoliberal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 30 minutos.)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evarir de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evarir de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Nuncio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Câmara dos Deputados	

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter

Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
 Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságua Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo

Senador José Pimentel - PT / CE

Vice-Líderes

Senador Walter Pinheiro - PT / BA

Deputado Paulo Pimenta - PT / RS

Líder da Minoria

Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM

Vice-Líderes

Deputado Alberto Fraga - DEM / DF

Deputado Carlos Melles - DEM / MG

Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO

Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO

Já sabe pesquisar o diário na Internet? Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.



Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

